

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	9
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	10
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	13
1.10 Informações de sociedade de economia mista	14
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	15
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	16
1.13 Acordos de acionistas	17
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	18
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	19
1.16 Outras informações relevantes	20
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	21
2.2 Resultados operacional e financeiro	27
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	29
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	30
2.5 Medições não contábeis	31
2.6 Eventos subsequentes as DFs	32
2.7 Destinação de resultados	33
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	39
3.2 Acompanhamento das projeções	40

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	41
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	58
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	59
4.4 Processos não sigilosos relevantes	62
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	68
4.6 Processos sigilosos relevantes	69
4.7 Outras contingências relevantes	70
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	71
5.2 Descrição dos controles internos	72
5.3 Programa de integridade	73
5.4 Alterações significativas	76
5.5 Outras informações relevantes	77
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	78
6.3 Distribuição de capital	84
6.4 Participação em sociedades	85
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	86
6.6 Outras informações relevantes	87
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	88
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	90
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	91
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	92
7.4 Composição dos comitês	98
7.5 Relações familiares	99
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	100
7.7 Acordos/seguros de administradores	101
7.8 Outras informações relevantes	102
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	103

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	104
8.3 Remuneração variável	108
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	109
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	110
8.6 Outorga de opções de compra de ações	111
8.7 Opções em aberto	112
8.8 Opções exercidas e ações entregues	113
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	114
8.10 Outorga de ações	115
8.11 Ações entregues	116
8.12 Precificação das ações/opções	117
8.13 Participações detidas por órgão	118
8.14 Planos de previdência	119
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	120
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	121
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	122
8.18 Remuneração - Outras funções	123
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	124
8.20 Outras informações relevantes	125
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	126
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	127
9.4 Outras informações relevantes	128
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	129
10.2 Alterações relevantes	130
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	131
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	132
10.5 Outras informações relevantes	133
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	134

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	135
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	136
11.3 Outras informações relevantes	137
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	138
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	139
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	140
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	142
12.5 Mercados de negociação no Brasil	143
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	144
12.7 Títulos emitidos no exterior	145
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	146
12.9 Outras informações relevantes	147
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	148
13.1 Declaração do diretor presidente	149
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	150
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

Para fins deste Formulário de Referência, “Althaia” significa Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”).

Histórico

A Companhia foi fundada em 08 de janeiro de 1982, sob a razão social Almapal Comercial Exportadora Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exercendo as atividades de fabricação e revestimento de fórmulas farmacêuticas sólidas para uso oral e produtos transdermais, o comércio, a distribuição, a exportação, importação a representação de produtos de diagnósticos químicos, farmacêuticos e correlatos, máquinas e equipamentos, fabricação de peças para a indústria farmacêutica, bem como empreendimentos e participação em outras sociedades nacionais e estrangeiras.

Em março de 1992, a Companhia modificou sua forma de sociedade por quotas limitadas para a forma de sociedade por ações, alterando sua denominação para Almapal S.A.

Em novembro de 2002, a Companhia incluiu em seu objeto social as atividades de prestação de serviços de gerenciamento, de instalação e montagem de máquinas, aparelhos e equipamentos em laboratórios e indústrias farmacêuticas, e de prestação de serviços de manutenção, suporte técnicos em máquinas, aparelhos e equipamentos em laboratórios e indústrias farmacêuticas.

Em agosto de 2010, a Companhia alterou sua denominação social para Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, sua atual denominação. Em dezembro de 2010, a Companhia participou de um projeto de reorganização societária, objetivando a segregação de ativos não operacionais e determinadas linhas de negócios exploradas, bem como a otimização destas. Desta forma, a Companhia foi parcialmente cindida e parte de seu patrimônio líquido foi incorporado tanto pela Almapal S.A. quanto pela AMP Participações Ltda. Nesta mesma época, a Companhia passou a ser dirigida por seu atual acionista controlador, o Sr. Jairo Aparecido Yamamoto. A partir daí, deu-se início à construção da trajetória da Companhia como produtora de medicamentos genéricos e produtos nutracêuticos, que é uma das indústrias farmacêuticas que mais cresceu no Brasil nos últimos anos, segundo a IQVIA – PMB Março/2021 (Comparação de crescimento nos períodos MAT/LTM, YTD/Acumulado e mês). Foi neste mesmo ano que a Companhia, voltada para a produção de medicamentos genéricos e nutracêuticos, submeteu seu primeiro produto à análise da ANVISA.

Em fevereiro de 2012, a Value Pharma Participações S.A. (“VPP”) incorporou a totalidade das ações da Companhia, passando a Companhia à condição de subsidiária integral da VPP. Tendo em vista que ambas são empresas do mesmo grupo econômico, o Grupo Value Pharma, a incorporação de ações consistiu em uma das etapas de um projeto de reestruturação societária que, uma vez finalizado, resultou em maior simplicidade para a estrutura societária, gerando maior eficiência operacional, administrativa e financeira. Ainda em 2012, a Companhia obteve o seu primeiro registro de medicamento genérico junto à ANVISA.

Em maio de 2013, a Companhia alterou sua sede social para a cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, passando a unidade localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à condição de filial da Companhia. Em agosto de 2013, a Companhia incluiu em seu objeto social as atividades de transporte e transporte de produtos perigosos. Nessa mesma época, a Companhia passou a investir em melhores práticas de governança corporativa, tal como a auditoria de suas contas por auditores independentes registrados na CVM e a aderência ao SAP (sistema de gestão empresarial que traz as melhores práticas do mercado para empresas com o objetivo de melhorar a eficiência do controle e gerenciamento das informações e dados).

De 2013 a 2016, a Companhia chegou ao patamar de 16 produtos próprios registrados perante a ANVISA. Em 2017, realizou o lançamento da Nitazoxanida, um dos principais medicamentos do seu portfólio, com um *market share* de 51% na data-base de 31 de dezembro de 2020.

Em dezembro de 2016, a Companhia incluiu em seu objeto social as atividades de fabricação, revestimento, comercialização, promoção e distribuição de medicamentos fitoterápicos e produtos alimentícios em geral, fabricação de materiais para medicina e odontologia, comércio atacadista de medicamentos, drogas de uso humano e produtos alimentícios em geral, bem como outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente.

1.1 Histórico do emissor

Em novembro de 2018, a Companhia constituiu nova filial, localizada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, que opera com as atividades de comércio atacadista de medicamentos e drogas para uso humano (inclusive exportação e importação), cosméticos e produtos de perfumaria, produtos de higiene, produtos alimentícios em geral e promoção de venda.

Em 2019, a Companhia criou o Projeto Geração de Valor, ao qual tinha a prática de destinar, desde 2019, 5% do seu lucro líquido como forma de contribuir com a sustentabilidade socioambiental. Além do patrocínio de atletas, doação de medicamentos e a seleção de estagiárias beneficiadas, o Projeto Geração de Valor também conta com parcerias com hospitais e ONGs e realiza ações sociais. Para mais informações sobre o Projeto Geração de Valor e os planos futuros da Companhia para a destinação de receita para fins beneficentes, verificar itens 12.1 e 12.13 deste Formulário de Referência.

Em novembro de 2019, a Companhia incorporou sua única acionista, a VPP, que, em razão de sua incorporação, foi extinta, tendo sido todo o seu patrimônio incorporado e seus bens, direitos e obrigações transferidos à Companhia. Em dezembro de 2019, a Companhia incorporou a subsidiária integral da VPIP, a Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda. ("Equaliv"), também parte do Grupo Value Pharma, que, em razão de sua incorporação, foi extinta, tendo sido todo o seu patrimônio incorporado e seus bens, direitos e obrigações transferidos à Companhia.

Em janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Glauhen Farmacêutica Ltda., atual subsidiária integral da Companhia, que exerce as atividades de fabricação de medicamentos alopáticos e fitoterápicos para uso humano, o envasamento e empacotamento de medicamentos e preparações farmacêuticas, o comércio atacadista e distribuição de medicamentos e drogas de uso humano, o comércio atacadista e distribuição de produtos alimentícios em geral, importação e exportação. Em novembro de 2020, a Companhia incorporou sua única acionista, a Value Pharma Investimentos e Participações S.A. ("VPIP"), também parte do Grupo Value Pharma, que, em razão de sua incorporação, foi extinta, tendo sido todo o seu patrimônio incorporado e seus bens, direitos e obrigações transferidos à Companhia.

Foi também em 2020 que a Companhia deu início ao e-commerce como forma de acesso a uma base de clientes ainda mais diversificada (voltada tanto para consumidores finais como para o segmento B2B).

Em dezembro de 2021, a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures simples, em até duas séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com a primeira data de vencimento em janeiro de 2027 e a segunda em janeiro de 2029.

Em 2022, a Companhia atingiu a marca de 50 produtos genéricos e similares registrados, sendo que 31 já estão em comercialização.

Em 2023, a Companhia ampliou o portfólio de medicamentos genéricos e similares atingindo o total de 54 produtos registrados, sendo que 35 em comercialização.

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

Apresentamos nesta seção um resumo das informações contidas neste Formulário de Referência.

Os termos “nós”, “nosso”, “Companhia”, “Althaia” ou “Grupo Althaia”, quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, significam ou referem-se, conforme o caso, à Althaia Indústria Farmacêutica S.A., exceto se expressamente indicado de forma diferente.

O Grupo Althaia, formado pela união entre Althaia e Equaliv, foi fundado em 2010 com o propósito de desenvolver, produzir e comercializar produtos fármacos através de um moderno Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) alocado na própria sede. As duas principais frentes de atuação da Companhia são a produção de medicamentos genéricos e de suplementos.

Os primeiros 5 anos de sua trajetória foram dedicados à construção dos seus quatro pilares estratégicos: (i) Modelo de Negócios, (ii) P&D, (iii) Comercial e Marketing, e (iv) Pessoas e ESG. Em 2010, o primeiro produto criado pela Companhia foi submetido para aprovação da ANVISA, e, em 2012, a Companhia obteve o registro de seu primeiro genérico. Em 2013, aconteceu mais um passo do movimento de consolidação da governança corporativa somado a uma captação de recursos via BNDES. No ano de 2016, a Companhia tinha 16 produtos registrados, o que representa o encerramento do seu ciclo inicial de construção de um portfólio de produtos junto a uma estrutura institucional de governança corporativa.

Com seus pilares estratégicos constituídos, a Althaia entrou em seu segundo período, marcado por um ciclo de crescimento mais robusto e de uma maior penetração no mercado. Em 2017, a Companhia lançou novos produtos, com um maior valor agregado, como a Nitazoxanida. Com o foco do crescimento em ganhar participação no mercado, a equipe de vendas passou de 55 profissionais no ano de 2017 para mais de 120 pessoas em 2021, constituindo, na visão da Companhia, uma importante frente de geração de valor.

Em 2019, a Althaia inaugurou um novo centro de distribuição localizado em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, e lançou mais dois produtos, a Vitamina D e o Cartliv. O ano de 2020 também foi marcado pela entrega de um novo centro de P&D e o início de duas plataformas de E-commerce, uma operando no segmento *Business to Business* (B2B) e outra no segmento *Business to Consumer* (B2C). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita da Companhia totalizou R\$ 341 milhões.

A Althaia possui os seguintes pilares: (i) modelo de negócios que combina portfólio próprio, *full service*, marcas exclusivas e serviços; (ii) investimentos elevados em P&D; (iii) estratégia comercial e marketing assertivos; e (iv) investimento em pessoas e ESG; os quais a Companhia entende que suportam seu posicionamento dentro da indústria farmacêutica e fortalecem seu propósito com a sociedade como um todo e para seus acionistas: “Gerar valor para o que tem mais valor: a vida”.

A Companhia possui um portfólio próprio que é composto por duas linhas de produtos de valor agregado focadas no tratamento, prevenção e bem-estar: a Althaia, com foco em medicamentos genéricos, similares e linhas *over the counter* (ou OTC), e a Equaliv, com foco em produtos nutracêuticos, suplementos e preventivos, tanto na linha clínica quanto na linha esportiva.

Além dos produtos que comercializa, a Companhia desenvolve, registra e fabrica uma série de medicamentos para indústrias farmacêuticas parceiras (“*Full Service*”). Com uma carteira consolidada de clientes em diferentes frentes, como genéricos e suplementos, a Althaia também é a responsável pela fabricação de diversos suplementos das marcas exclusivas das redes de varejo farmacêutico de terceiros (“*Marcas Exclusivas*”). Por fim, o modelo de negócios da Companhia também inclui outros serviços de pesquisa e desenvolvimento e de industrialização entregues para outras indústrias farmacêuticas.

Visando entregar produtos e serviços de qualidade, a Althaia possui uma infraestrutura que conta com 3 unidades: (i) uma planta localizada em São Paulo/SP para produção de medicamentos, com uma área construída total de 2.000 m², a qual possui uma capacidade mensal de produção de 5 milhões de unidades; (ii) uma planta em Atibaia/SP para a produção de suplementos e embalagens de medicamentos e suplementos, e que também serve de sede administrativa e centro de P&D e embalagem, com uma área construída de 10.200 m², possuindo uma capacidade mensal de produção de 8 milhões de unidades; e (iii) um centro de distribuição em Pouso Alegre/MG, que permite à Althaia estar presente em todo o Brasil.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O reconhecimento da Companhia e de seus produtos têm como pilar o departamento de P&D. O departamento é liderado por um time com experiência na indústria. Conta com 120 colaboradores, entre eles 2 doutores e 13 mestres, especializados em pesquisa.

Além disso, o departamento de P&D possui rigorosos controles internos, como a manutenção de registros atualizados, formação de equipes de pesquisa e constante processo de treinamento para atualização e qualificação de seus colaboradores. As principais subgerências do departamento incluem assuntos regulatórios, P&D, desenvolvimento de embalagens, P&D e projetos e controles. O time também conta com eventuais consultorias de pesquisadores com experiência em instituições internacionais. Dessa forma, a Companhia é focada em garantir uma estratégia de diversificação do portfólio *first to Market, hard to develop*, sem lacuna de patente e com competição limitada.

A Althaia acredita que tem se destacado como um dos laboratórios brasileiros de referência em P&D, sem ter nenhuma interdição ou suspensão desde 2017 e com todos os produtos com registro requerido à ANVISA deferidos ou em processo de deferimento.

A Companhia também possui um histórico de aproveitamento das oportunidades de mercado, sendo a primeira a lançar diversos produtos genéricos de seu portfólio, como propafenona, nitazoxanida, ibandronato, entre outros. A Companhia acredita que isso se deve à sua inteligência no desenvolvimento de medicamentos genéricos exclusivos e inéditos, bem como à valorização da área de P&D e seus constantes investimentos nessa frente.

A Companhia acredita que parte fundamental de seu crescimento e da construção de sua marca é a sua gestão comercial, direcionada para a qualificação e meritocracia. A Althaia possui uma plataforma comercial focada em pessoas, com diversos treinamentos e remuneração variável, promovendo o alinhamento de interesses da Companhia e de seu time de vendas. São mais de 120 profissionais de vendas com planos de carreira estruturados, com prêmios individuais e coletivos, em um sistema de metas e alinhamento dos interesses definidos. A equipe é responsável pela capilaridade dos produtos e a presença nacional da Companhia, sendo mais de 5.500 CNPJs atendidos, entre cliente de varejo (redes de farmácias, franquias e independentes), distribuição e lojas de produtos naturais. Adicionalmente, mais de 4.900 pontos de venda são visitados mensalmente pela equipe de Geração de Demanda, com foco nas maiores redes de farmácias. Além disso, mais de 5.000 profissionais de saúde são visitados mensalmente pela equipe de Propaganda Médica.

A Companhia conta com parcerias estratégicas com as principais associações e franquias de farmácias de cada região, garantindo uma capilaridade de alcance de seus produtos. Além disso, opera também com reconhecidos distribuidores regionais e nacionais, o que assegura o acesso aos seus produtos.

A Companhia possui foco também em práticas de gestão de pessoas e ESG. O quadro de funcionários cresceu cerca de 700% em um período de 10 anos. Assim como a área comercial, os demais profissionais da Companhia também usufruem de modelos de remuneração alinhados, além de treinamentos voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional. Por sua vez, o time de gestão da Althaia tem experiência no setor de atuação de medicamentos e é motivado por um modelo de *partnership*, o qual inclui sócios em áreas estratégicas para o desenvolvimento da Companhia e de seu modelo de negócios.

Os padrões de governança corporativa também são consolidados internamente, fazendo parte, portanto, da cultura da Althaia. Desde 2013, a Companhia é auditada por auditor independente registrado na CVM e possui o sistema SAP, um sistema de gestão empresarial que traz as melhores práticas do mercado para empresas com o objetivo de melhorar a eficiência do controle e gerenciamento das informações e dados da Companhia. A Companhia instituiu, ainda, o Código de Ética e Compliance em 20 de julho de 2021, seguindo padrões de governança em linha com o mercado.

Completando o plano de gerar valor para a sociedade, a Althaia valoriza a sustentabilidade socioambiental. Desde 2019, existe uma política de destinação de 5% de seu lucro líquido anual para o Instituto Althaia, que é gerido/organizado por um comitê dos principais executivos da Companhia e supervisionados pela área jurídica. O Instituto Althaia mantém três pilares: Educação, Social e Esporte. Desde 2020, o projeto social já assistiu 9 atletas em início de carreira, teve a oportunidade de doar mais de 487 mil medicamentos e vitaminas e possui 2 bolsistas beneficiadas por meio do incentivo a educação com cursos universitários. No esporte além dos nossos atletas possuímos um núcleo na cidade de Campinas em parceria com a Rede Tennis Brasil que oferece aulas de Tennis no contraturno escolar nas escolas da região periférica da cidade. Mesmo após a pandemia nós mantemos as nossas doações mensais de cestas de alimentos para 40 instituições em 11 municípios. Através do Instituto possuímos o voluntariado corporativo que atinge mais de 40 colaboradores atuando em ações e campanhas sociais em diversas instituições beneficiadas. A Companhia esclarece que 5% (cinco por cento) de seu lucro líquido

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

anual auferido pela Companhia, deduzidos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, deverá ser destinada, obrigatoriamente, para atividades beneficentes voltadas para ações sociais, educativas e esportivas.”

Vantagens Competitivas

A Althaia acredita que suas vantagens competitivas são:

(a) Modelo de negócios leve e ágil com exposição a setores complementares: A Althaia possui uma gestão dinâmica e atenta às oportunidades de mercado. A atuação em duas frentes com medicamentos (Althaia) e suplementos (Equaliv), gera uma combinação entre prevenção e tratamento, primando pela qualidade valorizada pelo consumidor. Além de atuar no varejo farmacêutico e distribuição, a Companhia explora novos canais como lojas de produtos naturais e E-commerce.

(b) Inovação no core business da Companhia: A Companhia realiza investimentos constantes em P&D, os quais são refletidos em lançamentos de produtos com destaque, tais como Vitamina D, Nitazoxanida, Body Protein e Vegan Power. A manutenção de investimentos mais altos que dos outros players do mercado permite uma renovação do portfólio e margens mais altas.

(c) Produtos com alto valor agregado, time comercial com vasta capilaridade e eficiência com fidelização de clientes: Os produtos da Althaia possuem um maior valor agregado do que os concorrentes. Consequentemente, a Companhia opera em mercados e produtos com maiores margens. O time de vendas com mais de 120 pessoas conta com profissionais engajados e capilaridade nacional e é responsável pela presença dos produtos nesses mercados, construindo relações de parceria com os clientes atendidos.

(d) Cultura de dono difundida na Companhia: A Companhia adota um modelo de *partnership* que reúne 6 executivos em posições estratégicas, desde cargos de Coordenação, Gerência e Alta Gestão, gerando um alinhamento de interesses. Cada um é o responsável por um pedaço da Companhia em um modelo de delimitação de responsabilidades e exigências de atuação. Tal cultura é incentivada também pelos modelos de remuneração justos e alinhados aos desempenhos dentro dos perímetros estipulados, treinamentos voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada colaborador e planos de carreira mapeados e com foco na meritocracia.

Além disso, a Companhia entende que sua atuação em mercados com perspectivas promissoras, seu portfólio de produtos diversificado, a aquisição de novas plantas para expansão da sua capacidade produtiva, a inovação incremental e as oportunidades de crescimento orgânico, como desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, colocam a Companhia em um posicionamento diferenciado.

Estratégias de Crescimento

Com a consolidação do ciclo de crescimento nos últimos anos, a Althaia pavimentou o caminho para entregar resultados consistentes. Agora, a Companhia expande seus horizontes para alcançar uma posição diferenciada na indústria como um todo. O plano é parametrizado e envolve as seguintes estratégias de crescimento:

Frentes integradas para desenvolvimento

A estratégia futura passa pela manutenção do alinhamento entre tecnologia, time e estratégia de vendas, bem como por investimentos direcionados aos pilares de P&D, comercial e pessoas. Para P&D, as frentes são amplas e com potencial de geração de valor. Entre as frentes, destacam-se a aceleração do programa de desenvolvimento de novas drogas, a expansão da estrutura atual de P&D, tanto em questão de time quanto na questão de infraestrutura física, a inovação incremental e a estratégia regulatória de novos produtos. Em relação à estrutura comercial, serão realizados investimentos em um processo de sofisticação das já existentes estruturas e relações, tal como o estreitamento de relacionamento com redes estratégicas, o alinhamento com stakeholders, as recompensas por desempenho distinto, os investimentos na marca da Althaia e da Equaliv, e o programa de digitalização e crescente expansão da penetração digital da Companhia. Na frente de pessoas, a estratégia também é perpetuar e aperfeiçoar os atuais valores e planos com foco na manutenção e desenvolvimento de talentos e programas de carreira e sociedade.

Mapeamento estratégico de mercados e penetração

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em relação ao portfólio da Companhia, as iniciativas chaves e principais focos de atuação são: (i) na marca Althaia, a manutenção da posição de liderança com novos produtos e entrada em novos mercados, (ii) na marca Equaliv, o objetivo é ser referência em qualidade e inovação no segmento de nutracêuticos e suplementos, (iii) no Full Service, a continuidade do serviço que nos permite ganhos de escala, e, por fim, (iv) em relação às Marcas Exclusivas, atendendo uma demanda de mercado e gerando também ganhos de escala em suplementos.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, aos seus negócios e à sua condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos seus fatores de risco, podendo ocorrer de maneira combinada. Para mais informações, vide itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

1.5 Principais clientes

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- (a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**
- (b) **principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia**
- (c) **dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

(d) **contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, visto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhuma contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, visto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhuma contribuição financeira em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, visto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhuma contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As atividades da Companhia não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, motivo pelo qual a Companhia não adota uma política formal de responsabilidade socioambiental, bem como não publica relatório anual de informações ASG.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Itens não aplicáveis, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia entende que a legislação atual não exige a divulgação de relatório anual ASG tendo em vista a natureza de suas atividades. A Companhia é engajada em temas sustentáveis, de modo que está trabalhando no diagnóstico e na definição de temas críticos, por meio da análise de materialidade e do âmbito de sua atuação, de modo que pretende, posteriormente, divulgar relatórios de sustentabilidade, evidenciando a correlação dos seus temas materiais com os ODS.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia em 2023.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a) Evento	Aumento do Capital Social da Companhia.
b) Principais condições do negócio	Aumento do capital social da Companhia, que passou de R\$ 11.741.082,72 para R\$ 36.714.082,72, sem emissão de ações e mediante a capitalização de lucros apurados em balanço intermediário com a data-base de 30 de setembro de 2023, representando m aumento efetivo de R\$ 25.000.000,00.
c) Sociedades envolvidas	Companhia
d) Efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
Documentos em que tais informações possam ser encontradas.	Atas de Reunião do Conselho de Administração e de Assembleia Geral Extraordinária realizadas, respectivamente, em 20 de dezembro de 2023 e 21 de dezembro de 2023, disponível no site da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

O acordo de acionistas da Companhia entre os Srs. Jairo Aparecido Yamamoto, Márcia Regina Hirota Yamamoto, Carolina Sommer Mazon, Maira Medeiros Vendramini Carrara, Rachel Gianchini Sampaio Ferreira, Ricardo Vinícius Ferrari, Marcos Henrique Chepuck Miazzo, e Firstbrand Assessoria e Consultoria em Marketing, celebrado em 30 de agosto de 2021 (“Acordo de Acionistas”) não foi modificado ou extinto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A íntegra do Acordo de Acionistas pode ser encontrada no site da CVM (www.cvm.gov.br) ou no site da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No último exercício social não houve nenhuma alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 1 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente indicado, são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas da Seção 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores entendem que a geração de caixa operacional da Companhia, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios para os próximos doze meses.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido foi de R\$ 112.678 mil frente a um lucro líquido de R\$ 33.106 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu, principalmente, em razão do aumento das vendas dos principais produtos da linha e ao lançamento de novos produtos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou EBITDA e Margem EBITDA de R\$ 182.655 mil e 32,8%, respectivamente, comparado com R\$ 68.032 mil e 18,69% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão dos mesmos fatores que impactaram o lucro líquido do exercício.

O passivo total (passivo circulante e passivo não circulante) da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$ 312.136 mil e R\$ 311.061 mil, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração por nossos administradores na condução de nossos negócios:

Indicadores financeiros (em R\$ mil)	31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita Líquida	557.088	364.453
Lucro Líquido	112.678	33.106
EBITDA	182.655	68.121
Margem EBITDA	32,8%	18,7%

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 197.285 mil, representando um aumento de 86,5% em relação ao patrimônio líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foi de R\$ 105.776 mil. As mutações patrimoniais entre os exercícios de 2022 e 2023 são compostas como seguem: (i) o lucro líquido do exercício foi apurado no montante de R\$ 112.678 mil (R\$ 33.106 mil em 2022); (ii) parte do lucro líquido foi destinado à reserva legal no montante de R\$ 5.000 mil;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) parte do lucro líquido do exercício foi destinado à título de reserva para incentivos fiscais no montante de R\$ 43.311 mil em contrapartida à conta de reservas de incentivos fiscais; e (iv) parte do lucro líquido do exercício foi destinado à título de dividendos no montante de R\$ 22.500 mil; (v) parte do lucro líquido foi destinado à título de aumento de capital no montante de R\$ 25.000 mil; (vi) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado à título de constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 16.867 mil.

A Companhia acredita que a sua estrutura de capital da Companhia nos períodos indicados foi uma estrutura equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	312.136	311.061
Capital próprio (patrimônio líquido)	197.285	105.775
Capital total (terceiros + próprio)	509.421	416.836
Parcela de capital de terceiros (capital de terceiros dividido pelo capital total)	61,27%	74,62%
Parcela de capital próprio (capital próprio dividido pelo capital total)	38,73%	25,38%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as necessidades de recursos foram suportadas por nossa capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros.

Assim, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando nossas operações e fluxos de caixa futuros. Caso entendamos necessário contrair empréstimos adicionais para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

Em 31 de dezembro de 2023, o Índice de Endividamento da Companhia (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo passivo total) foi de 61,27%, representando uma redução em relação ao Índice de Endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022, que foi de 74,62%. Essa redução decorreu, principalmente do aumento do patrimônio líquido.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Diretoria entende que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) linhas de crédito para capital de giro junto a bancos.

Tais fontes de financiamento foram utilizadas pela Companhia, principalmente, para cobrir custos e despesas relacionados a: (i) operações e negócios; (ii) exigência de pagamento decorrentes de seus contratos financeiros; (iii) exigências de pagamento decorrentes de linhas de crédito para capital de giro, dentre outras obrigações.

A Diretoria entende que tais fontes de financiamento estão adequadas ao perfil do endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Os Diretores da nossa Companhia acreditam que

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses.

Dessa maneira, acreditamos que o nosso caixa operacional será suficiente para financiar, pelos próximos 12 meses, as nossas necessidades de capital de giro.

f. Índices de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Os Diretores reportaram que, em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$ 48.990 mil (R\$ 62.265 mil em 31 de dezembro de 2022), predominantemente em Real e indexado ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da Companhia junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Credor	Encargos	Celebração	Vencimento	Saldo em aberto (31/12/2023)	Garantias
Capital de Giro					
Banco Itaú S.A.	0,56% base 30	24/08/2020	27/08/2024	2.167.403,64	Aval + FGI
Resolução 4131					
Banco Citibank S.A.	100,00% SOFR + 2,19% base 360	16/11/2021	18/11/2024	7.223.926,27	-
FINAME					
Banco do Brasil S.A.	4,50% base 360	20/02/2015	15/08/2024	162.813,85	Equipamento
Banco do Brasil S.A.	4,50% base 360	17/09/2014	15/10/2024	80.050,11	Equipamento
Banco do Brasil S.A.	4,50% base 360	06/10/2014	06/10/2024	100.193,14	Equipamento
FINIMP					
Banco do Brasil S.A.	2,60% base 360	01/06/2023	24/05/2024	5.860.228,68	Aval
FINEP					
FINEP	TJLP + 2,19% base 360	24/08/2020	27/08/2024	33.394.168,57	Imóvel
DEBÊNTURES					
XP Investimentos	100% CDI + 2,30%	29/12/2021	15/01/2027	154.246.841,26	Aval

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. Destacam-se como principais parceiros XP, Itaú Unibanco, Banco do Brasil e Citibank.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimo e financiamento evidenciados neste item 2.1(f), e, portanto, no contexto de tais contratos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. No entendimento da Administração da Companhia, tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, dentre outros, o descumprimento de determinados índices financeiros, conforme a seguir:

Endividamento Líquido (Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA): (dívida financeira total, incluindo dívida bancária e financiamento de fornecedores, subtraído o valor de caixa e aplicações financeiras de curto prazo), dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, inferior ou igual a 3x, com base no encerramento de cada exercício social.

Os cálculos acima são para fins de *covenants* financeiros. Abaixo, apresentamos a evolução dos indicadores relacionados aos *covenants* financeiros da Companhia para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(em R\$ mil)	31 de dezembro de	
	2023	2022
Empréstimos e financiamentos (circulante)	17.750	33.931
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	31.240	28.334
Debêntures (circulante)	3.908	4.408
Debêntures (não circulante)	149.339	149.009
(-) Caixa e equivalente de caixa	(13.710)	(28.042)
Endividamento Líquido	188.527	187.640
EBITDA para o período de 12 meses (LTM)	182.655	68.121
Endividamento Líquido/EBITDA para o período de 12 meses (LTM)	1,03	2,77

A Companhia também está sujeita a cláusulas de *cross-default* em razão de contratos de empréstimo e financiamento evidenciados neste item 2.1(f). Entre as cláusulas de vencimento antecipado dos contratos financeiros da Companhia, podemos citar: (i) reorganização societária, (ii) alteração ou transferência de controle acionário direto ou indireto, (iii) alteração de composição do capital social, (iv) alteração do estatuto social, do objeto social ou da atividade principal da Companhia, (v) substituição dos dirigentes da Companhia, (vi) pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro contratual ou estatutariamente prevista acima do mínimo obrigatório, (vii) alteração de natureza e/ou estrutura jurídica da Companhia, e (viii) alienação, cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência de estabelecimento comercial ou de parcela significativa de bens ou direitos de seu ativo. Em caso de vencimento antecipado de algum dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava exposta em R\$ 188,5 milhões, considerando também a emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento com as obrigações previstas em seus instrumentos financeiros.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía as seguintes linhas de crédito:

- R\$ 20.000 mil de linha de crédito para saque a descoberto sem garantias reais, somente Aval, que podem ser sacados para atender a necessidade de caixa de curto prazo. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 0,30% a.a.
- R\$ 40.000 mil de linha de crédito pré-aprovadas com 50% de garantia real, que podem ser sacados em até 36 parcelas para atender necessidade de caixa não prevista. Os juros seriam CDI mais 2,70% a.a.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais, incluindo *covenants* financeiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2023	AV ⁽¹⁾	31/12/2022	AV ⁽¹⁾	AH
Receita líquida	557.088	100,0%	364.453	100,0%	52,86%
Custos das vendas e dos serviços prestados	-240.882	-43,24%	-184.325	-50,6%	30,68%
Lucro bruto	316.206	56,76%	180.128	49,4%	75,55%
Despesas com vendas	-51.420	-9,23%	-8.426	-2,3%	510,25%
Despesas gerais e administrativas	-73.990	-13,28%	-94.033	-25,8%	-21,31%
(Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	191	0,03%	2.629	0,7%	-92,73%
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-34.566	-6,20%	-24.184	-6,6%	42,93%
Outras receitas operacionais líquidas	8.784	1,58%	1.927	0,5%	355,84%
Total das despesas operacionais, líquidas	-151.001	-27,11%	-122.087	-33,5%	23,68%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	165.205	29,66%	58.041	15,9%	184,63%
Receitas financeiras	4.043	0,73%	5.581	1,5%	-27,56%
Despesas financeiras	-35.661	-6,40%	-33.074	-9,1%	7,82%
Despesas financeiras líquidas	-31.618	-5,68%	-27.493	-7,5%	15,00%
Resultado antes dos impostos	133.587	23,98%	30.548	8,4%	337,30%
Imposto de renda e contribuição social	-20.909	-3,75%	2.558	0,7%	-917,40%
Lucro líquido	112.678	20,23%	33.106	9,1%	240,36%

(1) Calculado sobre a receita líquida.

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 557.088 mil comparativamente a R\$ 364.453 mil no exercício social de 2022, o que representou uma variação positiva de R\$ 192.635 mil ou 52,86%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do volume das vendas dos principais produtos da linha e ao lançamento de novos produtos.

Custo das vendas e dos serviços prestados

Custo das vendas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 240.882 mil comparativamente a R\$ 184.325 mil no exercício social de 2022, o que representou uma variação negativa de R\$ 56.557 mil ou 30,68%. O custo das vendas e dos serviços prestados representou 43,24% e 50,60% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta variação deve-se principalmente pelo aumento no volume de vendas.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 316.206 mil comparativamente a R\$ 180.128 mil no exercício social de 2022, o que representou uma variação de R\$ 136.076 mil ou 75,55%, devido aos fatores expostos acima.

Despesas operacionais líquidas

Despesas operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 151.001 mil comparativamente a R\$ 122.087 mil no exercício social de 2022, o que representou uma variação de R\$ 28.914 mil ou 23,68%. Despesas operacionais líquidas representou 27,11% e 33,50% da receita líquida nos exercícios sociais de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento em valores absolutos é atribuído, principalmente pelo aumento das despesas gerais e administrativas devido a necessidade de uma maior estrutura administrativa para dar suporte ao crescimento do negócio, e maiores gastos com pesquisas e desenvolvimento de produtos (P&D).

Despesas financeiras líquidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 31.618 mil comparativamente a R\$ 27.494 mil no exercício de 2022, o que representou uma variação de R\$ 4.125 mil ou 15,00%. Despesas financeiras líquidas representou 5,68% e 7,50% da receita líquida nos exercícios sociais de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento deve-se principalmente por descontos concedidos à clientes.

Resultado antes dos Impostos

Resultado antes dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 133.587 mil comparativamente a R\$ 30.548 mil no exercício de 2022, o que representou uma variação de R\$ 103.039 mil ou 337,30%. Resultado antes dos impostos representou 23,98% e 8,40% da receita líquida nos exercícios sociais de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é justificado pelos fatores expostos acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 20.909 comparativamente a R\$ 2.558 mil no exercício social 2022, o que representou uma variação de R\$ 23.467 mil ou 917,40%. Esta variação decorreu, principalmente, pelo resultado positivo apurado no ano de 2023.

Lucro líquido

Lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 112.678 mil comparativamente a R\$ 33.106 mil no exercício social de 2022, o que representou uma variação de R\$ 79.572 mil ou 240,36%. O lucro líquido representou 20,23% e 9,10% da receita líquida nos exercícios de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução ocorreu em razão dos fatores acima expostos.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ mil)	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	90.315	58.713
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(70.012)	(48.225)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(34.634)	(106.172)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.332)	(95.684)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 90.314 mil para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 58.713 mil para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação de R\$ 31.601 mil, ou 53,82%, é justificada principalmente pelo aumento dos estoques e no contas a receber em 2023.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 70.012 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 48.225 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação de R\$ 21.787 mil, ou 45,18% na utilização do caixa, é justificada principalmente pelo maior investimento em ativo imobilizado.

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento

O caixa líquido nas atividades de financiamento totalizou um consumo de R\$ 34.634 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, comparado a um consumo de R\$ 106.172 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, respectivamente. Essa variação de caixa de R\$ 71.538 ou 67,38%, é justificada pelo menor volume de pagamento de empréstimos e financiamentos em 2023. Em 2022 houve um volume de pagamento de empréstimos e financiamentos expressivo com os recursos provenientes da emissão de debêntures em dezembro de 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos da venda de medicamentos por meio dos segmentos operacionais da Companhia divulgados em suas demonstrações financeiras. Os principais componentes da receita da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2023		2022	
			R\$	% do total
Venda de Produtos	555.110	99,64%	362.371	99,43%
Industrialização	221	0,04%	1.366	0,37%
Serviços	1.757	0,32%	716	0,20%
Total	557.088	100,00%	364.453	100,00%

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

As operações e clientes da Companhia estão localizados 100% (cem por cento) no mercado nacional, de forma que as condições macroeconômicas do Brasil podem afetar as receitas da Companhia. As incertezas políticas e as condições econômicas gerais do país podem ter efeitos adversos no poder aquisitivo do consumidor, custos das mercadorias adquiridas, disponibilidade de mão de obra e de mercadorias e outros fatores que afetam nossos negócios e o setor farmacêutico em geral. Além disso, alterações em regulamentos aos quais a Companhia está exposta podem afetar suas receitas, em especial caso o Congresso Nacional aprove uma ampla reforma tributária.

Devido ao substancial volume de importações de matérias-primas, variações no câmbio podem afetar o resultado operacional da Companhia, visto que acima de 50% dos insumos essenciais à produção de medicamentos é adquirida no mercado internacional. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o Dólar norte-americano foi de R\$ 5,2533. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$ 5,2177. As principais matérias-primas utilizadas pela Companhia estão atreladas a preços do mercado internacional, expressos principalmente em dólares norte-americanos. Embora a Companhia realize a contratação de hedge cambial para suas compras de matéria-prima realizadas em moeda estrangeira, esta contratação se dá de forma pontual. Além disso, parte do endividamento da Companhia está atrelado ao dólar norte-americano ou ao iene japonês, com saldo agregado de R\$ 13.084 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 32.960 mil em 31 de dezembro de 2022). Dessa forma, a desvalorização substancial do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais e causar um efeito adverso sobre a Companhia.

No passado, o Brasil também experimentou taxas de inflação extremamente altas. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, as taxas de inflação brasileiras foram de 4,62% e 5,79% em 2023 e 2022, respectivamente. De acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado, ou IGP-M, as taxas de inflação foram de -3,18% e 5,45% em 2023 e 2022. No caso de aumento da inflação, o governo brasileiro poderá adotar medidas para conter a inflação, o que poderia levar ao aumento significativo das taxas de juros, o que impactaria os negócios da Companhia, uma vez que está exposta em relação ao CDI em seu endividamento. Em 2023 e 2022, a taxa média do CDI era de 13,04% e 12,33%, respectivamente. As flutuações nas principais taxas de juros da economia brasileira podem ter os seguintes efeitos diretos e indiretos: (i) impacto na demanda por produtos vendidos pela Companhia, inclusive devido ao aumento nas taxas de juros sobre o crédito, (ii) mudanças nos prazos com fornecedores e prestadores de serviços, (iii) impacto na capacidade da Companhia de obter empréstimos no futuro conforme necessário, e (iv) maiores despesas financeiras. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos empréstimos e financiamentos existentes e futuros, como também o caixa e equivalentes de caixa que estão sujeitos a taxas de juros. É também possível que a Companhia não seja capaz de ajustar o preço que cobra dos seus clientes para compensar o impacto da inflação sobre suas despesas, levando a um aumento das despesas e a uma redução da sua margem de lucro líquido.

Os setores farmacêutico e de suplementação alimentar são geralmente afetados pelas mudanças na confiança e na demanda dos consumidores, pela concorrência e níveis de preço.

Acerca da concorrência, os setores farmacêutico e de suplementação alimentar são extremamente competitivos, de modo que a Companhia enfrenta a concorrência de outras companhias, com presença

2.2 Resultados operacional e financeiro

tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Essas empresas oferecem uma grande variedade de produtos, que concorre com a maioria dos produtos oferecidos pela Companhia. Dessa forma, o negócio é afetado pelas condições concorrenciais, sendo que a Companhia pode precisar aumentar seus gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços dos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para manutenção de sua competitividade no mercado.

No que se refere aos níveis de preço, os preços do setor caracterizam-se por aumentos graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores: (i) aumento nos custos de produção; e (ii) aumento na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento do poder aquisitivo de nossos consumidores. Ainda, de acordo com a legislação aplicável ao setor de medicamentos, o governo brasileiro controla preços de medicamentos no Brasil para a grande maioria das apresentações disponíveis no mercado. Para alguns produtos considerados “menos críticos” pela ANVISA, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do Governo Federal. A administração da Companhia acredita que os preços aos consumidores continuarão a crescer de maneira gradual, e que as companhias continuarão a obter ganhos de produtividade para evitar o repasse integral do aumento dos custos aos consumidores.

No quesito demanda dos consumidores, a Companhia possui um portfólio amplo, composto por marcas e produtos diversificados que possuem demanda estabelecida em níveis diferentes, com rentabilidade atrativa e potencial de crescimento. A demanda é influenciada por diversos fatores, incluindo: (i) o envelhecimento da população que tende a aumentar a demanda pelos medicamentos; (ii) a melhoria do nível médio de renda que provoca aumento na demanda pelos produtos da Companhia; e (iii) os lançamentos de novos produtos. A maturidade do portfólio, principalmente de produtos na categoria de medicamentos genéricos, provoca uma depreciação no preço de vendas tanto da indústria para o varejo quanto do varejo para o consumidor final, desafiando a Companhia à constante renovação de seu portfólio para a manutenção da lucratividade. Além disso, a entrada de novos concorrentes na categoria de determinada molécula provoca um aumento na disputa por mercado e conseqüente queda nos preços de venda.

Por fim, acerca dos “produtos-chaves”, a Companhia vem ampliando o seu portfólio de produtos e reduzindo significativamente a dependência em alguns produtos nos últimos 2 anos, por exemplo, no caso da Vitamina D que em 2021 representava parcela expressiva no faturamento total. A Companhia possui na linha de medicamentos 26 genéricos, sendo 9 deles líderes na molécula e 4 são vice-líderes. Outro fator que reforça a estratégia da Companhia na diversificação do portfólio é o crescimento da participação da linha Equaliv na receita.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão interministerial responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil e a Anvisa que exerce o papel de Secretaria-Executiva da Câmara. O CMED estabelece limites para preços de medicamentos, adota regras que estimulam a concorrência no setor, monitora a comercialização e aplica penalidades quando suas regras são descumpridas. Em 2023 o reajuste médio de preços ao consumidor autorizado pela CMED foi de 5,60%. O reajuste médio autorizado pela CMED de 2022 foi de 10,89%.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

A Companhia possui empréstimos atrelados ao Dólar Americano e ao Iene Japonês, tendo impacto de variação cambial das moedas citadas versus o Real Brasileiro no resultado financeiro. Além disso, a taxa de câmbio pode afetar o custo dos produtos vendidos, já que parte dos insumos utilizados na fabricação dos produtos são importados. O aumento da inflação pode ocasionar também um aumento de custos dos produtos. Tendo em vista que há controle de preços pelo Governo de alguns produtos comercializados, o aumento nos custos pode impactar negativamente na lucratividade da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve, nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a nossa companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Para mais informações a respeito do tema, vide item 2.11 deste Formulário de Referência.

2.5 Medições não contábeis

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

2.7 Destinação de resultados

	2023
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 112.678 mil, aprovado na assembleia geral realizada em 22 de abril de 2024, sendo que (i) R\$ 25.000 mil foram destinados ao aumento do capital social da Companhia, (ii) R\$ 5.000 mil foram destinados à reserva legal, (iii) R\$ 43.311 mil foram destinados à constituição de reserva de incentivo fiscal, (iv) R\$ 22.500 mil foram alocados para distribuição à título de dividendos, e (v) R\$ 16.867 mil foram destinados à reserva de lucros.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o percentual das retenções em relação ao lucro total declarado foi de 42,9%.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a 15% como dividendo mínimo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, levantar balanço semestral ou em período menor, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia atua no mercado farmacêutico brasileiro, nas frentes de tratamento (medicamentos) e prevenção (nutracêuticos), atuando com vendas às farmácias e distribuidores em todos os Estados do Brasil.

Buscando continuamente a eficiência e inovação, continuamos investindo em diversas frentes operacionais, incluindo reformas na infraestrutura das unidades industriais e de distribuição com o objetivo de aumentar a capacidade e qualidade produtiva, de forma a atender ao crescimento esperado da Companhia. Investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de desenvolver novas moléculas que integrarão o portfólio da Companhia.

Nos últimos anos, a Companhia investiu em novas tecnologias com o intuito de aumentar o portfólio e a participação no mercado. Dentre as diversas iniciativas, podemos destacar a ampliação do laboratório de pesquisa e desenvolvimento, a aquisição de unidade industrial farmacêutica que servirá a um novo laboratório de pesquisa e desenvolvimento, bem como aquisição de máquinas e equipamentos para integrarem a linha de produção da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 38.310 mil e os investimentos na aquisição de ativos intangíveis totalizaram R\$ 31.702 mil.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía os seguintes investimentos em ativos imobilizado e intangível projetados para os próximos anos:

- (a) investimento na construção do novo centro de P&D no Estado de São Paulo;
- (b) investimentos em P&D para o desenvolvimento do novo pipeline da Companhia;
- (c) investimento na construção de nova planta no Estado de Minas Gerais;

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, de forma a realizar seus investimentos, a principal fonte de financiamento é a geração de caixa das operações da Companhia, linhas de crédito de capital de giro e os recursos provenientes da emissão de debêntures (a primeira emissão de debêntures ocorreu em 15 de dezembro de 2021, com vencimento em 2027, sendo emitidas debêntures no valor de R\$ 150.000 mil). E a Companhia pretende continuar financiando suas operações pela combinação de recursos supracitada.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento que já tenham sido divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

A Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incorreu em despesas de pesquisas e desenvolvimento de novos produtos, no montante total de R\$ 56.147 mil.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, incorreu em gastos com o desenvolvimento de novos produtos, no montante total de R\$ 65.251 mil que foram classificados como adição no ativo intangível com desenvolvimento de novos produtos.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Benefícios Fiscais

A Companhia detém tratamento tributário diferenciado de ICMS, por conta do termo de acordo de regime especial estabelecido com a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, o que permite uma menor carga efetiva de recolhimento do tributo nas operações internas e interestaduais de vendas de produtos acabados com origem no referido Estado, por meio de crédito presumido. O benefício detido pela Companhia está amparado e convalidado pela Lei Complementar 160, de 7 de agosto de 2017, e tem vigência até o ano de 2032. Trata-se de uma subvenção para investimento, existindo a contrapartida da Companhia com o Estado. Dentre os compromissos assumidos pela Companhia é o de investimento em uma unidade industrial em território mineiro. Por se tratar de subvenção para investimento, o benefício é revertido para a própria Companhia, onde atualmente é alocado na Reserva de Incentivos Fiscais, podendo esta reserva ser utilizada para aumento do capital social da Companhia ou para compensação de prejuízos acumulados, conforme liberalidade e necessidade da própria Companhia.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Neste sentido, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Neste sentido, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir e/ou por outros fatores de risco.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem, potencialmente, afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

Por fim, é importante ressaltar que os fatores de risco descritos abaixo estão expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante (maior risco) para o menos relevante (menor risco) dentro de cada subitem (a) a (l) deste item.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Parcela substancial da receita operacional líquida da Companhia depende da venda de alguns “produtos-chave”. A queda no número de vendas de tais “produtos-chave” poderá impactar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Parcela substancial da receita operacional líquida da Companhia está atrelada à venda de certos “produtos-chave”, os quais podem mudar caso enfrentem problemas que afetem suas vendas. Se um ou mais “produtos-chave” enfrentarem problemas que afetem as vendas pela Companhia, tais como litígio decorrente do uso do respectivo produto, choque negativo na demanda, alterações no número de prescrições, efeitos colaterais inesperados problemas no registro ou disputa referente ao uso de marca, processos regulatórios e publicidade negativa que afete a confiança de médicos ou pacientes, pressão de produtos competitivos existentes, mudanças em rótulos, surgimento de um novo tratamento mais eficaz ou alternativo, genérico ou dificuldade de manutenção de licenças dos respectivos “produtos-chave”, as atividades, a situação financeira e os resultados da Companhia poderão ser afetados de forma adversa e relevante

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia atua em segmentos altamente competitivos, tendo como competidores grandes companhias, o que poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.

A Companhia atua em segmentos de mercado altamente competitivos (setores farmacêutico e alimentício, com foco na produção de medicamentos genéricos e de suplementos) e enfrenta concorrência de outras companhias, com presença tanto no mercado nacional quanto internacional. Algumas dessas empresas oferecem uma grande variedade de produtos nos segmentos em que a Companhia atua, competindo, assim, com a maior parte das linhas de produtos da Companhia, especialmente com os “produtos-chave”.

Além disso, a Companhia pode não conseguir ser bem-sucedida no desenvolvimento e lançamento de determinadas linhas de produtos em comparação com seus atuais e futuros concorrentes, bem como podem ser menos bem-sucedida no desempenho comercial em determinadas regiões ou contar com menos recursos financeiros, de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados em que a Companhia atua poderá resultar em perda de participação de mercado.

Portanto, para reagir à competição de mercado em determinados segmentos, a Companhia poderá ser obrigada a aumentar seus gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços de seus produtos, adaptar os produtos existentes e/ou lançar novos produtos, dentre outras medidas. Referidas ações poderão não ser capazes de manter ou aumentar a participação de mercado da Companhia, o que poderá afetar adversamente seus resultados.

As operações da Companhia dependem da reputação de seus produtos e marcas, e o dano à reputação desses produtos e dessas marcas poderá causar um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Os produtos da Companhia, identificados ou não por marcas, têm um papel importante para sua estratégia e, se bem-sucedidos, para seus resultados financeiros. A imagem e a reputação de seus produtos e marcas podem estar sujeitas a efeitos adversos no futuro. Preocupações a respeito da segurança, da qualidade e da eficácia dos produtos da Companhia poderão prejudicar suas respectivas imagens e reputações, bem como a imagem e reputação da Companhia.

Eventos que prejudiquem produtos e marcas detidos pela Companhia poderão causar efeito adverso sobre o valor desses, bem como sobre as receitas deles decorrentes. As medidas necessárias à manutenção ou à recuperação da imagem e reputação de produtos e marcas podem ser dispendiosas e até mesmo inalcançáveis, o que pode causar efeito negativo relevante sobre os negócios e o resultado financeiro da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis relativas ao tratamento de dados pessoais, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No curso normal dos seus negócios, a Companhia administra e retém dados, incluindo dados pessoais, protegidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), dados de processos industriais comerciais e financeiros, procedimentos, *know how*, projetos de pesquisa e desenvolvimento, dentre outras informações, incluindo dados e assuntos de ensaios clínicos ou protegidos por propriedade intelectual, informações comerciais próprias e de seus clientes, fornecedores e parceiros de negócios, bem como dados pessoais de seus clientes e funcionários, armazenando-os em centros de dados e em suas redes.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD e/ou caso ocorra vazamento de informações, incidentes de segurança cibernética e/ou outros eventos de falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, a Companhia e sua subsidiária poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50 milhões por infração. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada individual ou solidariamente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados pela Companhia ou pelas sua subsidiária, o que poderá afetar negativamente a reputação, resultados, operações e condições financeiras da Companhia.

Se porventura houver uma falha no controle de referidas informações com a violação do sigilo, a Companhia deverá dispendir uma relevante quantidade de esforços humanos e financeiros no intuito de remediar tais situações, assim como redobrar os esforços financeiros para fiscalizar e reprimir aqueles que eventualmente tentem se utilizar das referidas informações para concorrer com a Companhia, estando sujeita, ainda, à possibilidade de incorrer em sanções previstas na LGPD, o que pode afetar adversamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

seus resultados financeiros, bem como reputação.

A Companhia está sujeita a usos ilegais de sua plataforma digital e todos os riscos a ela atrelados. Adicionalmente, está sujeita ao vazamento de dados confidenciais causados por fontes internas ou externas, o que poderá expô-la a processos judiciais.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) são as principais leis que regulamentam o uso de dados pessoais no Brasil. Sem prejuízo desses dispositivos, recentemente foi publicada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), que entrará em vigor em agosto de 2020 com a finalidade de prever normas específicas a sistemas de proteção de dados. A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece novas regras a serem observadas pela Companhia na coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais, sejam eles de qualquer pessoa física. A Companhia pode ter dificuldades em se adequar à nova legislação, tendo em vista as novas obrigações a serem cumpridas. Caso as obrigações legais não sejam cumpridas, a Companhia pode estar sujeita a advertências, obrigação de divulgação do incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) de seu faturamento no exercício social mais recente, ou a receita de seu grupo econômico ou conglomerado no Brasil no ano imediatamente anterior, excluídos os tributos, que pode chegar a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Adicionalmente, a Companhia é altamente dependente de seu departamento de Segurança da Informação para gerir tecnologias de criptografia e autenticação de terceiros e para transmitir as suas informações confidenciais com segurança. Violações de segurança por parte de terceiros de seus sistemas de computadores e a divulgação ou o uso não autorizado das informações confidenciais dos clientes poderão expô-la a processos judiciais por utilização indevida dessas informações, sanções administrativas e perda de reputação, o que pode impactar de forma negativa e substancial a sua imagem, afetando adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informação ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia, podem resultar em danos financeiros e à reputação da Companhia.

A infraestrutura técnica da Companhia pode estar sujeita a certas vulnerabilidades a danos ou interrupções, causados por defeitos de tecnologia da informação e telecomunicações, queda de energia, inundações, tempestades, incêndios, terrorismo, delito intencional, erro humano e eventos semelhantes, incluindo vulnerabilidades de sistema, defeitos do hardware ou software, vírus de computador ou ataques de hackers, que podem interferir inesperadamente no funcionamento dos sistemas da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas da Companhia e, portanto, resultar em apropriação indevida da Companhia e/ou dados pessoais dos seus clientes, colaboradores, fornecedores e terceiros, e/ou em tempo de inatividade dos seus servidores, serviços ou operações, ou ainda, na divulgação inadequada de seus segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis, bem como a interrupção das suas operações, o que pode impactar negativamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

Poderão ocorrer falhas de segurança, de modo que qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua reputação e, portanto, em perdas financeiras para a Companhia.

Desta forma, quaisquer falhas nos sistemas de segurança cibernética da Companhia ou falhas na prevenção ou identificação destes ataques podem ter um impacto adverso relevante para a Companhia.

A Companhia não realiza testes de invasão aos seus sistemas, “pentest” ou outros testes equivalentes.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não está realizando testes de invasão aos seus sistemas, “pentests” ou quaisquer outros testes equivalentes que sirvam como medida preventiva ou protetiva dos seus sistemas de segurança da informação, conduzido por empresa especializada em segurança da informação, com o fim de identificar e tratar eventuais vulnerabilidades que possibilitem ataques cibernéticos de *hackers*.

Não há garantias de que a Companhia não estará sujeita a incidentes de segurança cibernética que contornem suas medidas de segurança, impactem sua integridade, sua disponibilidade ou o sigilo de informações pessoais de saúde ou outras informações sujeitas às leis de sigilo, ou interfiram em seus sistemas de informação, dispositivos ou negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

À medida que ameaças cibernéticas continuem a evoluir, a Companhia pode ter de dispendir recursos adicionais significativos para continuar modificando ou aprimorando suas medidas de proteção e/ou investigando e remediando qualquer vulnerabilidade de segurança cibernética. Nesse sentido, ataques cibernéticos que a Companhia venha a sofrer podem culminar no desembolso de resgates em valores consideráveis para a Companhia, o que pode vir a prejudicar não apenas seus resultados financeiros, como também suas operações e sua reputação junto aos seus clientes, fornecedores, parceiros comerciais e colaboradores.

A Companhia poderá ser afetada adversamente caso não seja capaz de acompanhar mudanças nas preferências dos consumidores, lançar oportunamente novos produtos ou de realizar os devidos aprimoramentos dos produtos já existentes.

A realização de pesquisa e desenvolvimento e o conseqüente lançamento de novos produtos ou apresentações no mercado são elementos importantes da estratégia de negócios da Companhia. Além do setor farmacêutico, a Companhia atua no setor alimentício, especificamente no segmento de produtos de suplemento alimentar, mercado que depende intensamente da inovação e da evolução das preferências do consumidor, incluindo as percepções dos benefícios destes produtos na suplementação alimentar.

O desenvolvimento de novos produtos, em regra, exige a realização de consideráveis investimentos em pesquisa, antes mesmo da análise da viabilidade comercial de tais produtos. A título exemplificativo, o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 38.310 mil e os investimentos na aquisição de ativos intangíveis totalizaram R\$ 31.702 mil.

Os recursos financeiros aplicados em pesquisa não necessariamente trarão resultados positivos para a Companhia, dado que a Companhia poderá não ser capaz de, dentre outros: (i) antecipar e atender as necessidades do mercado, incluindo acompanhar a mudança nas preferências dos consumidores ou prever tendências de evolução deste mercado; (ii) evitar que a percepção dos consumidores com relação aos benefícios para a saúde sejam, de alguma forma, afetadas negativamente; (iii) fabricar referidos produtos de forma economicamente sustentável; e/ou (iv) atingir resultados clínicos positivos, de acordo com as normas aplicáveis.

Adicionalmente, os recursos financeiros empregados podem não garantir a esperada velocidade nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e/ou a fabricação, comercialização e distribuição dos novos medicamentos podem demorar mais do que o esperado por estarem sujeitas às aprovações regulatórias necessárias das agências sanitárias reguladoras, afetando adversamente os negócios e resultados da Companhia.

Ainda, as receitas advindas das vendas de tais produtos poderão não ser suficientes para cobrir os gastos advindos dos investimentos aplicados em pesquisa, o que poderá afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia.

Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser suficientes para evitar sanções regulatórias, de natureza administrativa cível e/ou criminal, danos à sua reputação, ou outros efeitos adversos aos seus negócios, resultados e situação financeira.

A Companhia está sujeita a diferentes estruturas regulatórias, tais como: (i) leis e regulamentos do setor farmacêutico brasileiro; (ii) leis e regulamentos que se aplicam a empresas de capital aberto com valores mobiliários negociados no mercado de capitais brasileiro, como a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e a regulamentação da CVM; e (iii) leis e regulamentos que se aplicam à segurança da informação de pessoas físicas, entre outras. Ainda, a Companhia está sujeita às leis anticorrupção, antissuborno, antilavagem de dinheiro, antitruste e outras leis e regulamentos internacionais e é obrigada a observar as leis e regulamentos aplicáveis do Brasil, incluindo Decreto-Lei nº 2.848/1940 ("Código Penal"), Lei nº 8.137/1990 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária"), Lei nº 14.133/2021 ("Lei de Licitações"), Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro"), a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), e ao Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 ("Decreto Regulamentador") em conjunto, "Lei Anticorrupção", que determinam a responsabilidade objetiva de pessoas jurídicas, no âmbito cível e administrativo, pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como regulamentação dos diversos países em que opera.

As políticas, procedimentos internos, processos de *compliance* e de controles internos da Companhia podem ser insuficientes para prevenir ou detectar as práticas inadequadas, fraudes, comportamento desonesto ou violações de leis a que está sujeita por parte de qualquer pessoa agindo em seu nome, interesse ou benefício, seus acionistas, afiliadas, funcionários, diretores, executivos, parceiros,

4.1 Descrição dos fatores de risco

administradores, empregados, agentes e prestadores de serviços ou que tais pessoas não pratiquem ações violando as políticas e procedimentos da Companhia. Adicionalmente, fornecedores e sociedades que prestam serviços à Companhia não estão sujeitos às políticas internas da Companhia.

Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes para mitigar riscos desconhecidos e/ou não mapeados, cuja materialização pode gerar consequências significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas historicamente utilizadas pela Companhia.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, potencializa o risco de não ser capaz de: (i) elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada; (ii) reportar seus resultados de maneira precisa; e/ou (iii) prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Desse modo, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios e reputação.

Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados responsáveis estão: (i) multa; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perda de bens, direitos ou valores ilícitamente obtidos; (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público; (vi) suspensão ou interdição parcial de suas atividades; e (vii) dissolução compulsória da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita.

Desta forma, principalmente em casos de eventuais falhas de seus controles internos ou de suas políticas de integridade corporativa, a Companhia e/ou o seus administradores poderão ser envolvidos em investigações e/ou processos judiciais ou administrativos, visando à apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por si ou por terceiros, por violação da Lei Anticorrupção e seu Decreto Regulamentador, da Lei de Improbidade Administrativa, do Código Penal, da Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária, da Lei de Licitações e da Lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. As violações dessas leis e regulamentos podem resultar em investigações, sanções e/ou penalidades administrativas, judiciais e criminais (como, por exemplo, multas, perdas de benefícios ilícitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial das atividades, inabilitação para contratação como Poder Público, confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração ou dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita) contra a Companhia, seus acionistas, executivos ou funcionários, além de obrigações de conformidade mais rigorosas, perdas de autorizações de operação, proibições na condução dos negócios da Companhia, capacidade de participar de licitações públicas de contratos e capacidade de receber benefícios fiscais ou de crédito ou outros incentivos governamentais. A Companhia pode incorrer em despesas e reconhecer provisões e outros encargos em relação a esses assuntos. Além disso, o aumento da atenção focada em questões de responsabilidade como resultado de investigações, ações judiciais e procedimentos regulatórios pode prejudicar as atividades da Companhia ou afetar o crescimento de seus negócios. A retenção e a renovação de muitos dos contratos da Companhia depende da manutenção de um relacionamento de confiança com seus clientes e qualquer violação dessas leis e regulamentos pode levar ao término de tais relacionamentos, além de ter um efeito adverso relevante em nossa condição financeira e resultados. Se algum desses riscos se concretizar, nossa reputação, estratégia, esforços de expansão e capacidade de a Companhia atrair e reter funcionários poderão ser impactados negativamente e, conseqüentemente, seus negócios, condição financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral de eventual dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por sua sociedade controladora, controlada, coligadas ou consorciadas, que, neste caso, poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

O descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode resultar em um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, conseqüentemente, provocar seu vencimento antecipado. Conseqüentemente, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua imagem.

Caso órgãos fiscalizadores competentes tenham interpretações/entendimentos divergentes daqueles da Companhia sobre a legislação tributária que lhe é aplicável, e/ou caso os incentivos ou benefícios fiscais envolvendo a Companhia venham a ser alterados, revogados ou não renovados, os resultados e a situação financeira da Companhia poderão ser negativamente afetados.

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta e é direta e indiretamente impactada por

4.1 Descrição dos fatores de risco

várias legislações fiscais, tributárias e previdenciárias, em diversas esferas, tais como as normas federais (IRPJ, CSLL, COFINS e IPI), as estaduais (ICMS e IPVA) e as municipais (ISS e IPTU), além das leis, decretos e portarias que regulam o ICMS.

Em caso de eventual fiscalização, os órgãos fiscalizadores/competentes podem ter interpretações/entendimentos divergentes daqueles da Companhia e lavrem autos de infração. Qualquer uma dessas ocorrências poderá afetar adversamente seus negócios e resultados, em decorrência da aplicação das medidas necessárias à defesa dos interesses da Companhia em âmbito administrativo e/ou judicial.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. Os provisionamentos dos procedimentos e processos da Companhia podem não ser corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, seus resultados operacionais e a sua condição financeira. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pode afetar negativamente a Companhia.

Os regimes concedidos à Companhia e sua controlada, bem como eventuais benefícios fiscais concedidos aos seus fornecedores poderão ser revogados, ou contestados judicialmente como ilegais ou inconstitucionais. Caso a Companhia ou seus fornecedores não consigam manter os seus incentivos ou benefícios fiscais, ou se tais incentivos ou benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia será afetada de forma adversa.

Para mais informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a ser questionada e, eventualmente, responsabilizada pelas autoridades fiscais brasileiras em decorrência da forma de remuneração de seus administradores, prática que perdurou até julho de 2021.

Até julho de 2021, a Companhia remunerou alguns de seus administradores por meio da emissão de notas fiscais em nome de pessoas jurídicas em que os administradores possuíam participação societária. Os serviços abrangidos por tal remuneração, entretanto, não possuíam caráter distinto dos serviços já praticados pelos administradores em suas funções estatutárias. Por esta razão, tais valores, incluindo o do do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1.297.181,00, estão incluídos na linha de “Salário ou pró-labore” da tabela de “Remuneração total do exercício” incluída para cada um destes anos no item 8.2 deste Formulário de Referência. Nesse contexto, as autoridades fiscais brasileiras podem qualificar estes pagamentos realizados pela Companhia como remuneração devida pela Companhia. Caso as autoridades fiscais brasileiras discordem da natureza fiscal atribuída a estes pagamentos pela Companhia nos últimos anos, a Companhia poderá vir a ser questionada e, eventualmente, responsabilizada pelas autoridades fiscais brasileiras por eventuais tributos que supostamente não tenham sido recolhidos pela Companhia. Para mais informações sobre as práticas de remuneração dos administradores da Companhia, vide itens 8.1, 8.2 e 8.20 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de proteger seus direitos de propriedade intelectual, o que poderá causar efeito negativo relevante sobre os negócios e situação financeira da Companhia.

O sucesso da Companhia depende, em parte, da capacidade de defender seus direitos de propriedade intelectual, atuais e futuros, incluindo marcas, *know-how*, projetos de pesquisa e desenvolvimento, segredos de negócio e/ou industrial e nomes de domínio. Os registros de marcas relativamente aos pedidos de registros apresentados pela Companhia junto aos órgãos competentes podem não ser concedidos.

A Companhia pode ser obrigada a alterar, no todo ou em parte, alguns dos seus produtos que supostamente infringem os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório. Qualquer alteração nos nossos produtos ou nas receitas atribuíveis a qualquer de nossos produtos que eventualmente violem direitos de propriedade

4.1 Descrição dos fatores de risco

intelectual de terceiros poderá afetar adversamente a reputação da Companhia e a demanda por seus produtos, além de lhe causar prejuízos financeiros. Além disso, tais alterações poderão requerer a atenção da administração da Companhia e/ou levar a Companhia a incorrer em despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatos que podem afetar adversamente os resultados e operações da Companhia.

Se a Companhia for incapaz de proteger seus direitos de propriedade intelectual contra violação ou uso indevido, esse fato poderá causar efeito negativo relevante sobre seus negócios e situação financeira.

Decisões judiciais, arbitrais e/ou administrativas desfavoráveis ou eventuais investigações conduzidas sobre nossas atividades podem nos afetar adversamente.

A Companhia e seus administradores são e podem vir a ser no futuro partes em processos judiciais, arbitrais e administrativos, nas esferas cível, tributária, criminal, trabalhista e administrativa, dentre outras, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Os riscos inerentes a tais processos podem não ser provisionados ou as provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total deles decorrente. Além disso, a Companhia e seus administradores estão sujeitos a eventuais investigações, inclusive criminais ou conduzidas por meio de comissões parlamentares de inquérito, com relação às suas atividades.

As Autoridades governamentais podem ter entendimentos ou interpretações diversas daquelas que a Companhia adota na condução de seus negócios e nós podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a despendar valores significativos.

Decisões contrárias aos interesses da Companhia e/ou seus administradores que envolvam valores substanciais, em especial nos casos em que não foram constituídas provisões para risco ou nos casos em que os valores provisionados sejam inferiores aos valores devidos ao final, podem comprometer a condução dos negócios como inicialmente planejado, podendo afetar a reputação e o resultado da Companhia, em razão da possível perda de benefícios fiscais, aplicação de penas pecuniárias, perda do direito de licitar e contratar com o poder público por prazo determinado e/ou afastamento ou inabilitação de administradores a depender da matéria envolvida na questão. Além disso, a atenção dos administradores que venham eventualmente a ser envolvidos em tais processos pode ser desviada das operações da Companhia para as suas defesas pessoais, o que também pode prejudicar os negócios da Companhia.

Para informações sobre nossos processos relevantes, vide itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia realiza a contratação de hedge cambial de forma pontual para suas compras de matéria-prima realizadas em moedas estrangeiras, o que poderá causar um efeito negativo relevante sobre os resultados das operações e situação financeira da Companhia.

Atualmente, a Companhia celebra instrumentos de *hedge* cambial apenas de forma pontual para sua principal exposição cambial relativa às variações dos preços das matérias-primas que importa. As principais matérias-primas utilizadas pela Companhia estão atreladas a preços do mercado internacional, expressos principalmente em dólares norte-americanos.

Em períodos de alta volatilidade das taxas de câmbio, principalmente dólar/real, os preços das matérias-primas e, portanto, de fabricação dos medicamentos podem aumentar abruptamente para a Companhia, a qual não pode garantir que será capaz de repassar tais custos imediatamente a seus clientes, o que poderá causar um efeito negativo relevante sobre os resultados de suas operações e sobre sua situação financeira. Para maiores informações, vide fator de risco *“Políticas cambiais, assim como a instabilidade da taxa de câmbio podem impactar as taxas de juros e a inflação, influenciando, assim, o crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar adversamente as atividades da Companhia”* deste Formulário de Referência.

A perda de membros da administração da Companhia, o enfraquecimento de sua cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia.

A capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados pela Companhia, da cultura corporativa e do perfeito alinhamento do planejamento estratégico à missão, visão e valores da Companhia.

O sucesso da Companhia depende da sua capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas, unindo estratégias de retenção frente a uma concorrência acirrada por talentos. A Companhia também pode não ser capaz de reter Administradores e/ou colaboradores-chaves, assim como pode não obter êxito na substituição destes

4.1 Descrição dos fatores de risco

profissionais ao mesmo nível de experiência, qualificação e conhecimento.

A eventual perda de Administradores e colaboradores-chaves, inclusive em razão de inabilitação para exercício de seus cargos, pode atrasar ou comprometer a implementação de seus planos estratégicos, operações e debilitar a sustentabilidade da cultura organizacional, o que poderá ocasionar um efeito adverso relevante na posição de competitividade, nos negócios e no resultado da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de cumprir os covenants financeiros e as obrigações impostas em seus contratos de financiamento podendo, conseqüentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia, calculada como a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures, , era de R\$ 180.579 mil (R\$ 215.682 mil em 31 de dezembro de 2022). Certas condições econômicas, financeiras e setoriais que independem do controle da Companhia podem impactar adversamente a sua capacidade de cumprir com os *covenants* financeiros, bem como outras obrigações pecuniárias contidas em seus contratos de financiamento. Adicionalmente, os contratos da Companhia possuem algumas cláusulas de vencimento antecipado relacionadas com a ocorrência da oferta pública de distribuição de ações da Companhia.

Caso a Companhia (i) não seja capaz de obter *waivers* ou aprovações necessárias de seus credores com relação aos contratos que eventualmente sejam inadimplidos; ou (ii) não tenhamos recursos suficientes para pagar suas dívidas tempestivamente, o que poderá ocorrer por diversas razões que afetem adversamente a sua situação econômico- financeira, poderá ser declarado o vencimento antecipado dos contratos de financiamento da Companhia devido à existência de cláusulas de *cross default* e/ou de *cross acceleration*, conforme descritas no item 2.1 deste Formulário de Referência.

Caso parte relevante ou todos os contratos financeiros da Companhia sejam vencidos antecipadamente sua situação financeira e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo até mesmo resultar na insolvência da Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, o que pode prejudicar a execução de seu plano de investimentos, afetando de forma material e adversa seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Para mais informações, ver Seção 2.1.(f) deste Formulário de Referência.

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Aos acionistas da Companhia é assegurado anualmente o direito ao recebimento de um dividendo mínimo correspondente a 15% do lucro líquido do exercício, calculado e ajustado nos termos do estatuto social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações. No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio.

Caso a Companhia venha a apresentar resultado positivo nos próximos exercícios, esses resultados deverão ser utilizados para absorver os prejuízos acumulados existentes, o que poderá limitar de forma relevante a sua capacidade de distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver qualquer tipo de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

Ainda, o Governo Federal tomou iniciativas recentes, tais como a apresentação ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.887/2020 e o Projeto de Lei nº 2.773/2021, visando promover uma reforma abrangente da tributação corporativa no Brasil, a qual envolve a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a possibilidade de dedução das despesas correspondentes ao pagamento de juros sobre capital próprio atualmente previstas na legislação, além de incluir outras matérias, como ajustes na base de tributação das empresas e alíquotas de entidades brasileiras, mudanças na tributação de rendimentos e ganhos relacionados com investimentos nos mercados de capitais brasileiros, tais como ativos financeiros e fundos de investimento. Além disso, a proposta de reforma atualmente em discussão no Congresso Nacional propõe a positivação da tributação, no Brasil, de ganhos de capital auferidos indiretamente (i.e., alienação de investimentos no exterior que invistam em ativos brasileiros).

Caso sejam implementadas tais medidas e nos termos atualmente propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção, permitindo ao beneficiário, a

4.1 Descrição dos fatores de risco

apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia e, no caso dos juros sobre capital próprio, a sua dedutibilidade será vedada, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados, tendo um efeito adverso para a Companhia. Embora essa legislação não tenha sido promulgada e não seja possível determinar as mudanças exatas que serão implementadas neste momento, ou de forma alguma, qualquer mudança pode ter um efeito adverso nos resultados e operações da Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio de parcerias estratégicas ou aumento de capital mediante subscrição privada, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em seu capital social.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e não ser capaz de obter financiamento em condições atraentes. Se a Companhia não for capaz de obter fundos adequados para satisfazer as nossas necessidades de capital, poderemos ter que realizar aumento(s) de capital mediante subscrição privada ou, ainda, realizar parcerias estratégicas com terceiros. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação dos acionistas em seu capital social, em especial caso estes acionistas não exerçam seu direito de preferência na subscrição das novas ações de emissão da Companhia.

Desacelerações ou paralisações das atividades da Companhia podem afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados.

A Companhia está sujeita à desaceleração no trabalho, paralisação das atividades por greve ou por motivo de pandemias e/ou de qualquer outro surto regional e/ou global que venha a surgir e/ou a ser disseminado em qualquer de suas unidades industriais. Desaceleração das atividades ou paralisações por tais razões podem resultar em uma redução de vendas e publicidade negativa, gerando um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados da Companhia.

A Companhia depende de contratos de terceirização e de prestação de serviços.

A Companhia celebra diversos contratos de prestação de serviços tais como limpeza, vigilância, assessoria jurídica, entre outros. Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e à sua subsidiária não atendam às exigências da legislação em geral ou se envolvam com práticas irregulares de trabalho, a Companhia poderá a vir ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelo cumprimento de obrigações trabalhistas, em decorrência de decisões adversas aos seus interesses no âmbito de processos judiciais movidos por trabalhadores terceirizados, sindicatos e/ou autoridades trabalhistas, processos administrativos perante Ministério da Economia, Ministério Público do Trabalho, seguridade social, assim como em processos judiciais, podendo acarretar impactos reputacionais, efeito adverso nas operações e no resultado da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter os contratos de locação de seus escritórios e centro de distribuição.

Grande parte dos imóveis onde funcionam os escritórios e centro de distribuição da Companhia é objeto de contrato de locação. Os contratos de locação são regidos pela Lei nº. 8.245/1991 ("Lei de Locações"), que dispõe que o locatário terá direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) o locatário ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anterior à data do término do prazo do contrato de locação em vigor. A Companhia pode ser adversamente afetada (a) se não conseguir negociar com sucesso os contratos de locação, atuais ou futuros, em condições aceitáveis, (b) se não conseguir apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não satisfizer as condições acima elencadas, ou, ainda, (c) se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados (por decisão judicial ou não) ou se forem renovados em condições menos favoráveis às atuais.

A Companhia pode ser obrigada a desocupar a propriedade, se não conseguir chegar a um acordo na renovação, ou caso o seu locador decida vender sua propriedade e ela não consiga alcançar um acordo com o novo proprietário, ou que não consiga firmar tal acordo em condições que considere favoráveis. Portanto, a perda de qualquer de suas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de seus escritórios e centro de distribuição, pode afetar adversamente as operações e/ou resultado financeiros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode enfrentar desafios no desenvolvimento e na expansão de suas operações para o comércio eletrônico.

A operação coordenada dos pontos de venda físicos dos clientes da Companhia e a plataforma de e-commerce da Companhia é parte relevante para o sucesso da estratégia de expansão da Companhia. Caso a Companhia não consiga alinhar e integrar as estratégias de seus múltiplos canais de venda, ou se os seus respectivos canais de vendas competirem entre si, a Companhia pode não aproveitar totalmente as vantagens oferecidas por sua estratégia, o que pode afetar adversamente as suas operações e/ou resultados financeiros.

Incêndios, desastres naturais e outros acidentes além do controle da Companhia podem prejudicar seus negócios e resultar em perda de receita ou despesas mais elevadas.

Qualquer interferência grave em qualquer das unidades de propriedade da Companhia e/ou de sua única subsidiária decorrente de incêndio, desastres naturais ou outros acidentes, incluindo em razão de fatores além do controle da Companhia, pode prejudicar sua capacidade de, entre outros, utilizar tais unidades e suas respectivas estruturas e maquinários, e, conseqüentemente, ter um efeito material adverso em suas receitas e aumentar seus custos e despesas.

Acidentes de grande magnitude, desastres naturais ou outras interferências graves em qualquer das unidades detidas pela Companhia podem prejudicar sua capacidade de adequadamente oferecer aos seus clientes apropriado nível de atendimento, resultar em interferências significativas em suas operações, impactar em custos significativos à Companhia para realocar ou restabelecer as correspondentes funções, resultar em disputas legais, reclamações e custos associados e, conseqüentemente, impactar negativamente seus resultados operacionais.

Além disso, incidentes como esses normalmente recebem ampla cobertura da mídia, o que pode impactar de forma negativa e significativa a reputação da Companhia.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e na dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre os negócios da Companhia.

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A Companhia não possui seguro de responsabilidade civil D&O para os seus diretores e conselheiros. Além disso, certos tipos de riscos não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado, tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não cobertos, ou de insuficiência de cobertura nas apólices contratadas, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos que tenham sofrido prejuízo, o que poderá comprometer o investimento realizado por ela. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter suas apólices de seguro, renová-las a preços ou a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratá-las junto às companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Eventual ocorrência de quaisquer dessas hipóteses poderá causar um efeito prejudicial relevante em seus negócios e resultados.

(b) Riscos Relacionados aos seus Acionistas, em Especial os Acionistas Controladores

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos acionistas minoritários.

A Companhia possui acionistas diretos titulares da maioria absoluta do capital votante. Tais acionistas controladores têm poderes para fazer prevalecer sua vontade em deliberações relevantes para as atividades e negócios da Companhia, independentemente da vontade ou aquiescência dos acionistas minoritários acerca dessas questões, tais como: (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, por consequência, controlar as políticas e operações da Companhia, incluindo a eleição da diretoria, futuras emissões de valores mobiliários, e demais matérias previstas no estatuto social da Companhia; (ii) aprovar o pagamento de dividendos, quando aplicável; (iii) autorizar a contratação de dívida; e (iv) deliberar sobre reformas do Estatuto Social e a celebração de operações ordinárias e extraordinárias, inclusive, mas não se limitando àquelas com partes relacionadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas ou que não resultem em melhoria dos resultados operacionais da Companhia, e causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão conseguir evitar ou retardar determinadas transações ou estratégias de negócio que os demais acionistas podem, de outra forma, considerar favoráveis, o que poderá resultar em uma tomada de decisão contrária aos anseios dos acionistas minoritários.

(c) Riscos Relacionados a suas Controladas e Coligadas

Aplicam-se à controlada os mesmos riscos aplicáveis à Companhia, mencionados no subitem (a) deste item 4.1, riscos tais que poderão afetar os resultados financeiros e operacionais não apenas da controlada em si, mas também da Companhia enquanto sua controladora.

(d) Riscos Relacionados aos seus Administradores

Os administradores da Companhia poderão vir a ser parte de processos no polo passivo que podem afetar a reputação e negócios da Companhia.

Os administradores da Companhia podem, eventualmente, sofrer algum processo judicial ou administrativo relacionado ou não às atividades da Companhia, como algum processo de dano causado por má administração, ou então, algum processo contra a pessoa física do acionista controlador, que possa afetar de forma negativa a reputação da Companhia, o que pode prejudicar a negociação de futuros contratos e parcerias com novos clientes ou atuais parceiros que não queiram mais se associar à marca da Companhia.

(e) Riscos Relacionados a seus Fornecedores

Alguns insumos necessários para a produção de alguns dos medicamentos fabricados pela Companhia possuem fornecedores únicos cadastrados na ANVISA e a interrupção do fornecimento de tais insumos pode afetar seu desempenho operacional e financeiro e, ainda, sua reputação.

Atualmente, parte relevante dos nossos produtos fármacos é produzida a partir de insumos, incluindo Insumos Farmacêuticos Ativos ("IFAs"), que possuem fornecedores únicos cadastrados ou certificados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), principal órgão regulador do mercado farmacêutico no Brasil. A substituição de um fornecedor de insumos farmacêuticos depende do prévio cadastramento e/ou certificação de novos fornecedores aptos a fornecer o insumo.

Assim, quaisquer eventos adversos ou de qualidade que representem risco sanitário aos insumos produzidos por fornecedores únicos de insumos farmacêuticos, de forma conjunta ou isolada, podem prejudicar suas operações e acarretar suspensão da fabricação, comercialização ou importação dos respectivos medicamentos comercializados pela Companhia, comprometendo suas atividades operacionais, comerciais e o resultado financeiro da Companhia, até a efetiva substituição e regularização do fornecedor comprometido, conforme regulamentação aplicável no Brasil (em especial Resolução RDC nº 200/2017, Resolução RDC nº 359/2020 e Resolução RDC nº 497/2021).

Para maiores informações sobre os riscos macroeconômicos a que a Companhia está sujeita, vide a seção 4.1(h) deste Formulário de Referência.

Os fornecedores de medicamentos e insumos ativos e produtos semiacabados podem não atender satisfatoriamente o cronograma de entrega das encomendas da Companhia e os eventuais atrasos podem afetar seu desempenho operacional e financeiro.

Eventos adversos envolvendo fornecedores, ocasionados por iminência de guerra, pandemias, restrição de acesso a malha aérea internacional podem acarretar eventuais atrasos na entrega insumos farmacêuticos ativos, produtos semiacabados e de medicamentos, o que pode expor a Companhia a riscos relacionados à incapacidade de produção e/ou comercialização de alguns dos seus medicamentos, o que pode afetar negativamente seu desempenho operacional e financeiro e, ainda, a sua reputação.

Se a Companhia for incapaz de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utiliza ou medicamentos que importa aumentarem substancialmente, suas operações poderão ser adversamente impactadas.

A Companhia depende de terceiros para obtenção de matérias-primas, incluindo princípios ativos e

4.1 Descrição dos fatores de risco

medicamentos, as quais estão, no geral, disponíveis junto a um número limitado de fornecedores. Ainda, a Companhia não dispõe de contratos de fornecimento de longo prazo para as matérias-primas que utiliza e boa parte dos insumos que adquire advêm do mercado internacional.

Assim, a Companhia está exposta ao risco de fornecimento de matérias-primas e medicamentos em termos satisfatórios ou mesmo de interrupção no seu fornecimento sem qualquer aviso, inclusive em decorrência de pandemias. Qualquer restrição na disponibilidade de matérias-primas poderá influenciar no aumento dos custos de produção, comprometer a produção ou gerar outros atrasos e, no caso de produtos para os quais haja apenas um fornecedor de matéria-prima ou um fornecedor de medicamento, poderá resultar em um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados. Além disso, o preço dos princípios ativos pode oscilar de forma relevante em um curto período, inclusive em decorrência de boa parte de os insumos e medicamentos adquiridos pela Companhia estar referenciada em moeda estrangeira, sendo que um aumento substancial nos custos de princípios ativos poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados.

Ademais, pelo fato de que as autoridades regulatórias em geral devem previamente aprovar as origens de princípios ativos para produtos farmacêuticos, as mudanças nos fornecedores de princípios ativos poderão resultar em atrasos e aumento dos custos de produção e, conseqüentemente, perdas nas vendas e de clientes.

Quando a Companhia importa princípios ativos ou outras matérias-primas de países onde não opera, está sujeita à regulamentação aduaneira, barreiras sanitárias e agropecuárias além de outras liberações governamentais, encargos e regulamentação pelos países de origem. As imposições de tais regramentos impactam no tempo de atuação dos órgãos governamentais, de forma que a eventual morosidade pode acarretar, inclusive, na materialização do risco de perecimento das matérias-primas.

A ocorrência de qualquer dos eventos previstos acima poderá afetar de maneira adversa os negócios, resultados e a situação financeira da Companhia.

A Companhia não pode garantir que os fornecedores ou seus prestadores de serviço não se envolvam em práticas trabalhistas e/ou previdenciárias irregulares.

A Companhia trabalha com uma série de fornecedores e prestadores de serviços, e pode vir a ter relações comerciais com outros fornecedores. A Companhia não tem como garantir que não terá problemas relacionados a tais fornecedores, incluindo as condições de seus trabalhadores e/ou subcontratados. A Companhia não tem como garantir que seus fornecedores e prestadores de serviços, atuais e futuros, bem como seus eventuais subcontratados, não terão problemas relacionados às condições de trabalho, bem como do respeito às normas previdenciárias, ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao de escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto ou serviços.

Se algum de seus fornecedores e prestadores de serviços, e seus eventuais subcontratados, utilizados se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a Companhia pode ser solidária ou subsidiariamente responsabilizada por tais práticas irregulares ou violação às leis aplicáveis, além de terem impacto negativo relevante em sua reputação e suas marcas podem ser prejudicadas e, conseqüentemente, a percepção de seus clientes sobre seus produtos pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas e nos resultados de suas operações.

Em algumas circunstâncias, a Companhia também pode ser considerada responsável com tais fornecedores e/ou prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos ambientais e trabalhistas por eles causados. Além disso, a Companhia e sua controlada podem ser responsabilizadas e envolvidas em processos judiciais nesse sentido, o que pode impactar a sua reputação e a sua capacidade de obtenção de novos financiamentos, além de, no limite, incorrer em possíveis sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou impossibilitar a Companhia de usufruir de benefícios fiscais, ou vir a encontrar dificuldade na obtenção de financiamentos em condições favoráveis. Se impostas, tais sanções podem afetar adversamente as condições financeiras e imagem da Companhia.

(f) Riscos Relacionados a seus Clientes

A Companhia conta com alguns clientes que contribuem com parte significativa de sua receita operacional líquida. Se esses clientes apresentarem baixo desempenho, pararem de comprar os produtos da Companhia, derem preferência a produtos concorrentes, ou, ainda, se a Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

ficar impossibilitada de contratar com tais clientes, o desempenho da Companhia poderá ser negativamente afetado.

A rescisão ou não renovação de determinados contratos de venda dos produtos produzidos pela Companhia celebrados com clientes relevantes poderá afetar adversamente as operações da Companhia. Isto, porque, não há garantias de que os contratos da Companhia com seus clientes mais relevantes serão renovados ou prorrogados, se terão condições favoráveis, não serão rescindidos antecipadamente ou, ainda, que futuramente a Companhia continuará a obter receitas equivalentes às atuais advindas desses contratos.

Desta forma, caso tais clientes relevantes rescindam ou decidam não renovar algum dos contratos de venda da Companhia ou se tornem inadimplentes, a Companhia pode não conseguir contratar com outros clientes em condições no mínimo equivalentes, o que pode impactar adversamente os seus negócios e resultados financeiros. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui um cliente relevante.

Além disso, a Companhia utiliza estruturas de distribuição e vendas de produtos de seu portfólio para acessar o cliente. A Companhia não tem como assegurar que seus clientes dedicados ao ramo de distribuição e de distribuição logística atuarão em conformidade com a legislação sanitária aplicável, assim como não tem como assegurar que não passem por episódios de crise de liquidez, comprometendo total ou parcialmente suas atividades.

A perda total ou parcial da capacidade operacional e/ou financeira de um ou mais de seus clientes, obrigará a Companhia a empenhar esforços comerciais visando a substituição total ou parcial dos clientes, o que poderá causar um efeito material adverso nas atividades e resultados da Companhia.

A Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabrica, o que poderá causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados, e na reputação da Companhia.

O uso de produtos fabricados pela Companhia, incluindo aqueles fabricados por conta e ordem de outros laboratórios ou para drogarias parceiras no formato *own label*, pode causar eventuais reações adversas em seus consumidores. Incidentes envolvendo os produtos fabricados pela Companhia poderão causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados, bem como em sua reputação.

Ações judiciais ou processos administrativos com esse objeto poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que os seus produtos estavam deteriorados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sobre os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras. Tais processos poderão resultar em custos significativos com o recall de produtos, além do custo com a promoção das defesas necessárias e com o pagamento de eventuais indenizações ou penalidades administrativas aplicadas por autoridades competentes, incluindo multas, em razão de descumprimento de requisitos regulatórios, técnicos ou sanitários.

Qualquer risco à saúde, real ou possível, esperado ou não esperado, associado aos produtos fabricados pela Companhia, inclusive publicidade negativa referente a esses riscos, pode causar a perda de confiança dos consumidores na segurança, eficácia e qualidade de tais produtos. Quaisquer questões relacionadas aos consumidores poderão criar publicidade negativa no setor de atuação da Companhia se os produtos causarem danos aos consumidores, o que pode resultar na queda de demanda por produtos da classe afetada. Qualquer alegação dessa natureza contra os produtos fabricados pela Companhia poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados, bem como em sua reputação.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Não há riscos relevantes relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

A Companhia está sujeita à extensa e complexa regulamentação aplicável às indústrias farmacêuticas e de produtos alimentícios, no Brasil, bem como às normas e diretrizes aplicáveis à interações com autoridades governamentais, que, caso não observadas, poderá causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos locais, no Brasil, incluindo os relativos às práticas

4.1 Descrição dos fatores de risco

comerciais e publicitárias, permissões e exigências para a obtenção de licenças, alvarás ou registros de produtos, incluindo os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde, da ANVISA, demais órgãos de vigilância sanitária e dos seus conselhos profissionais. Está igualmente sujeita ao cumprimento das boas práticas de fabricação, e, no caso de medicamentos, à obtenção de certificação de boas práticas de fabricação (CBPF) pela ANVISA.

No exercício de sua competência fiscalizatória, a ANVISA poderá, a qualquer momento, suspender as atividades de fabricação e a venda de qualquer medicamento ou outros produtos de interesse à saúde, incluindo produtos alimentícios e suplementos alimentares, submetidos às regras da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto nº 986/1969 e normas infra legais aplicáveis, em caso de irregularidade do produto ou constatação de efeitos nocivos à saúde.

As atividades operacionais da Companhia dependem de obtenção e manutenção de licenças, alvarás e registros emitidos por autoridades competentes, em especial a ANVISA. A Companhia não pode assegurar que as autoridades públicas não alterarão as exigências para obter ou renovar licenças, alvarás ou registros de produtos de terceiros ou de produtos que fabrica, ou atrasar a emissão destas licenças, alvarás ou registros de produtos, ou requisitos para a certificação das boas práticas de fabricação, conforme aplicável.

Qualquer mudança significativa em tais exigências e na própria regulamentação setorial e/ou a inabilidade da Companhia em atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças, alvarás ou registros, ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, podem impedir a Companhia de fabricar, vender e distribuir um determinado produto ou causar atrasos no lançamento de produtos ou aumentar seus custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.

A Companhia poderá não obter ou não renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos seus negócios.

A Companhia está sujeita a um número significativo de leis e regulamentações municipais relativas às permissões e exigências para a obtenção de licenças e alvarás para operação de suas unidades. As licenças e/ou alvarás de uso e funcionamento necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, expedidos pelas prefeituras municipais, autoridades sanitárias, conselhos profissionais e pelos corpos de bombeiros competentes e que devem ser obtidos e mantidos válidos para cada uma de suas unidades industriais podem sofrer ou ter sofrido falhas em sua obtenção ou renovação e podem não ser ou terem sido regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes.

A não obtenção ou a não renovação de tais licenças e alvarás pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos estabelecimentos irregulares, com interrupção das suas atividades, além de danos à imagem da Companhia. Caso ocorra o fechamento, ainda que temporário, de alguma das unidades industriais da Companhia, os seus negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

Mudanças nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor farmacêutico e ao setor de alimentos e suplementos, e no tocante às práticas comerciais, promoção e propaganda desses produtos, poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentações locais, estaduais e federais, incluindo as normas de operação e segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA, bem como às leis e regulamentações dos demais países onde opera. Mudanças nessas leis e nas regulamentações poderão afetar adversamente suas operações, especialmente as vendas e atividades de marketing dos produtos farmacêuticos, restringir suas operações existentes, limitar a expansão de seus negócios e regular áreas de negócios não reguladas anteriormente, o que pode afetar significativamente a rentabilidade e os resultados operacionais da Companhia.

Com relação aos medicamentos, alterações na regulamentação relativa a propagandas, publicidade, informação e outras práticas de divulgação, promoção comercial, dispensação e comercialização de medicamentos, a exemplo do que ocorreu no passado com a edição da Resolução RDC nº 96/2008 e da Resolução RDC nº 44/2009, ambas da ANVISA, as quais criaram regras mais rígidas para a propaganda de medicamentos isentos de prescrição médica e para a dispensa e comercialização de medicamentos, respectivamente, podem causar um efeito negativo sobre os negócios e resultados da Companhia.

Suplementos alimentares, ou alimentos com alegações de propriedades funcionais ou de saúde, pertencem à categoria de alimentos e são regulados principalmente pelo Decreto-Lei nº 986/1969 e de forma específica

4.1 Descrição dos fatores de risco

pela Resolução RDC nº 243/2018 e Portaria 19/1999, respectivamente. Alterações na regulamentação de classificação dos produtos, bem como componentes, aditivos, alegações permitidas, como ocorreu com a Resolução RDC nº 243/2018, Instrução Normativa nº 28/2018 recentemente atualizada pela Instrução Normativa nº 76/2020, podem alterar as regras a quais os suplementos ou alimentos com alegações de propriedades funcionais são submetidos.

Na condição de agência reguladora, a interpretação normativa adotada pela ANVISA a respeito do panorama regulatório em vigor pode divergir da interpretação adotada e aplicada pela Companhia, o que poderá expor a Companhia a questionamentos por partes das autoridades a respeito de sua conduta e regularidade.

Parcela significativa dos medicamentos existentes no mercado, incluindo os medicamentos fabricados pela Companhia, está sujeita à regulamentação de controle de preços. Tal controle pode limitar as margens e a capacidade da Companhia de repassar o aumento de preços aos seus clientes, o que poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia está sujeita à legislação federal que impõe controle de preços sobre parte dos produtos farmacêuticos que fabrica. Tal controle de preços limita a realização do reajuste e correção dos preços de tais produtos a apenas uma vez por ano, de acordo com um teto que é definido com base no IPCA, um fator de produtividade, um fator de ajuste de preços relativos entre setores e um fator de preços intrasetor, todos calculados em percentuais anuais. Esses controles de preços podem acarretar a redução das margens de lucro da Companhia, no caso destes não acompanharem os custos incorridos pela Companhia na produção de seus medicamentos.

A Companhia não pode assegurar que terá êxito na manutenção de suas margens. Igualmente, a Companhia não pode assegurar que o Governo Federal não vá alterar ou expandir tal política de controle de preços, ou ainda criar novos fatores ou forma de cálculo para estabelecer o teto de preços, o que poderá causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros.

(j) Riscos Relacionados a Questões Sociais

As leis e regulamentos de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, bem como impactar negativamente a reputação da Companhia. Tendo em vista a possibilidade de regulamentos ou leis serem editados ou a ocorrência de outros eventos não previstos, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Já incorremos e continuaremos a incorrer em investimentos de capital e custos para cumprir essas leis e regulamentos. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

(k) Riscos Relacionados a Questões Ambientais

As atividades da Companhia podem resultar na geração de resíduos sólidos e efluentes com potencial poluente e cuja fabricação exige a utilização de substâncias potencialmente tóxicas. A manipulação equivocada de insumos químicos, acidentes ou sua disposição incorreta no ambiente podem gerar danos ambientais consideráveis e afetar negativamente sua reputação, a percepção de suas marcas e seus resultados.

A Companhia atua no segmento farmacêutico institucional, cuja produção exige manipulação de algumas substâncias controladas que podem se tornar tóxicas e poluentes. Caso não sejam observados procedimentos operacionais adequados, ou, ainda, caso haja falhas no controle desses processos, a

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia pode estar sujeita à liberação dessas substâncias químicas em níveis acima dos recomendados pela regulação em ambientes externos às áreas produtivas.

Da mesma forma, os processos produtivos da Companhia geram resíduos sólidos e efluentes com potencial contaminação que, caso sejam dispostos no ambiente sem o devido tratamento, podem causar danos ao meio ambiente. Ainda, acidentes ou falhas operacionais e nos sistemas de mitigação e de prevenção aos riscos estratégicos podem provocar danos ao meio ambiente.

Quaisquer destes eventos poderá exigir da Companhia elevados esforços operacionais e financeiros para eliminar, corrigir ou reparar tais danos, o que poderá afetar adversamente a reputação e seu resultado.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais poderão causar um efeito adverso nas atividades, situação financeira, resultados e imagem da Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação federal, estadual e municipal brasileira, além da regulamentação dos demais países onde opera, relativa à proteção do meio ambiente.

Tais regulamentos obrigam a Companhia a obter licenças, permissões e autorizações para suas operações e eventuais projetos de ampliação. As dificuldades para obter licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de projetos. O descumprimento dessas leis e regulamentos poderá sujeitar a Companhia sanções administrativas e penais (Companhia e seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível. Esses fatores podem afetar adversamente a reputação da Companhia, assim como sua disponibilidade de caixa e seus resultados operacionais.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas – variando de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008 –, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia, sem prejuízo da condenação para reparação de possíveis danos ambientais causados

Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de gastos de capital e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à previsão atual. Os dispêndios necessários para atendimento à legislação ambiental poderão aumentar e, acarretar reduções na disponibilidade de outros investimentos estratégicos que a Companhia tenha planejado e ocasionando conseqüente declínio de seus resultados financeiros. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante seus negócios, resultados, situação financeira e perspectivas.

Além de penalidades administrativas, se a Companhia não observar a legislação relativa à proteção do meio ambiente, poderá sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados (responsabilidade civil). A Lei Federal nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”) prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, não excluindo, contudo, a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, podendo ter impacto negativo em suas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Nesse caso, é possível que um dos agentes responsáveis responda pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações, tais como a disposição final de resíduos, o tratamento dos efluentes líquidos ou a supressão de vegetação, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica responsável, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações e condicionantes que tenham sido impostas à Companhia em razão do licenciamento de suas unidades industriais, ou ainda que tenha assumido em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos

4.1 Descrição dos fatores de risco

judiciais, poderá causar impacto adverso em sua reputação, em suas receitas e em seus resultados.

Adicionalmente, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado para a recuperação do dano ocasionado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados em TAC e/ou TC, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A Companhia pode figurar como responsável solidária pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

A contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia pela reparação de eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que a Companhia poderá ser incluída no polo passivo de ações judiciais visando à reparação dos danos ambientais causado pelos terceiros por ela contratados e, eventualmente, ser condenada a adotar as medidas reparatórias definidas.

Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos seus fornecedores ou prestadores de serviços, seus resultados operacionais, financeiros e a sua imagem poderão ser adversamente afetados.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos, gerados pela Companhia e/ou seus fornecedores, pode afetar adversamente os negócios e a imagem da Companhia.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (“Política Nacional de Resíduos Sólidos”), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta a Companhia da responsabilidade por danos ambientais que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos por esses terceiros.

Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros, imagem e reputação.

(l) Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões climáticas.

(m) Riscos relacionados a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a outras questões não compreendidas nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está sujeita são:

- 1. Parcela substancial da receita operacional líquida da Companhia depende da venda de alguns “produtos-chave”. A queda no número de vendas de tais “produtos-chave” poderá impactar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.**
- 2. A Companhia atua em segmentos altamente competitivos, tendo como competidores grandes companhias, o que poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.**
- 3. A Companhia está sujeita à extensa e complexa regulamentação aplicável às indústrias farmacêuticas e de produtos alimentícios, no Brasil, bem como às normas e diretrizes aplicáveis à interações com autoridades governamentais, que, caso não observadas, poderá causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.**
- 4. A Companhia conta com alguns clientes que contribuem com parte significativa de sua receita operacional líquida. Se esses clientes apresentarem baixo desempenho, pararem de comprar os produtos da Companhia, derem preferência a produtos concorrentes, ou, ainda, se a Companhia ficar impossibilitada de contratar com tais clientes, o desempenho da Companhia poderá ser negativamente afetado.**
- 5. Alguns insumos necessários para a produção de alguns dos medicamentos fabricados pela Companhia possuem fornecedores únicos cadastrados na ANVISA e a interrupção do fornecimento de tais insumos pode afetar seu desempenho operacional e financeiro e, ainda, sua reputação.**

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, de ações, entre outros. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

Risco Cambial

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade do Dólar norte-americano e do Euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores dos EUA e da Europa, expondo a Companhia às flutuações do câmbio destas moedas.

A Companhia contrata operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações. As operações de hedge cobrem grande parte das obrigações em Dólares e Euros.

Passivos	Fator de risco	2023	2022
Instrumentos financeiros derivativos	USD	8.118	19.257
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 18)	USD	(7.224)	(18.870)
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 18)	EUR	-	(14.088)
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 18)	JPY	(5.860)	-
Fornecedores (nota 16)	EUR	(2.377)	(12.681)
Fornecedores (nota 16)	GBP	(199)	-
Fornecedores (nota 16)	USD	(10.256)	(2.376)
		(17.798)	(28.758)

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de Dólares norte-americanos, Euros e Iene japonês em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano, euro e Iene japonês usados no cenário provável.

O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio nas datas base para as operações com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Instrumento	Fator de risco	Cenário em:					
		2023			2022		
		Saldo	25%	50%	Saldo	25%	50%
Instrumentos financeiros derivativos	USD	1.084	1.355	1.626	1.125	1.406	1.688
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 18)	USD	(7.224)	(9.031)	(10.837)	(18.870)	(23.588)	(28.307)
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 18)	JPY	(5.860)	(7.325)	(8.790)	(14.088)	(17.610)	(21.132)
Fornecedores estrangeiros (nota 16)	EUR	(2.377)	(2.972)	(3.566)	(12.681)	(15.852)	(19.022)
Fornecedores estrangeiros (nota 16)	GBP	(199)	(249)	(299)	-	-	-
Fornecedores estrangeiros (nota 16)	USD	(10.256)	(12.820)	(15.384)	(2.276)	(2.845)	(3.414)
		(24.832)	(31.042)	(37.250)	(46.790)	(58.489)	(70.187)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Taxas de Juros

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

	2023	2022
Aplicações financeiras (Nota 8)	12.605	26.376
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(48.989)	(62.265)
Debêntures (Nota 19)	(153.247)	(153.417)
	(189.631)	(189.306)

Instituição financeira	Modalidade	Moeda	Custo dívida	Saldo 31/12/2023	%
Itaú Unibanco	Capital de giro	BRL	CDI + Pré Fixada (2,30% a 4,00% a.a)	2.168	4,4%
Citibank	4131	USD	100,00% SOFR 2,19% base 360	7.224	14,7%
FINEP	FINEP	BRL	TJLP + Taxa Pré (3,40% a 4,00% a.a)	33.394	68,2%
Banco do Brasil	FINAME	BRL	Taxa Pré (4,50% a.a)	343	0,7%
Banco do Brasil	FINIMP	JPY	Variação Cambial + Taxa Pré (2,60% a.a)	5.860	12,0%
			TOTAL	48.990	100,0%

Risco de Crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorre de recebíveis, transações com derivativos, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

Risco de Liquidez

É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. Em 31 de dezembro de 2023,

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

os fluxos de caixa esperados provenientes do “Contas a receber de clientes e outros recebíveis” com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 103.175 (R\$ 65.582 em 31 de dezembro de 2022) e as saídas esperadas de caixa para fornecedores e outras contas a pagar com vencimento em dois meses era de R\$ 39.012 (R\$ 38.173 em 31 de dezembro de 2022). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Além disso, a Companhia possui as seguintes linhas de crédito:

- R\$ 20.000 mil de linha de crédito para saque a descoberto sem garantias reais, somente Aval, que podem ser sacados para atender a necessidade de caixa de curto prazo. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 0,30% a.a.
- R\$ 40.000 mil de linha de crédito pré-aprovadas com 50% de garantia real, que podem ser sacados em até 36 parcelas para atender necessidade de caixa não prevista. Os juros seriam CDI mais 2,70% a.a.

A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-3 anos	4-5 anos
Fornecedores e Outras contas a Pagar (Nota 16)	50.084	50.084	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 17)	12.529	5.974	5.837	717
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	48.989	17.749	8.239	23.001
Debêntures (Nota 19)	205.907	-	113.166	92.741
Instrumentos financeiros derivativos	1.084	1.084	-	-
Contas a pagar de aquisição de ativos	155	155	-	-
Outros Passivos	5.456	5.384	73	-
	<u>271.545</u>	<u>80.431</u>	<u>18.057</u>	<u>173.057</u>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Os processos relevantes descritos neste item foram selecionados considerando sua capacidade de representar impacto significativo ao patrimônio da Companhia, à sua capacidade financeira ou aos seus negócios, sendo o critério de materialidade o valor de R\$765 mil. Foram considerados, ainda, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo na imagem ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha conhecimento de que era parte em 19 processos cíveis, 8 processos trabalhistas e 7 processos tributários, decorrentes do curso normal de suas atividades, que representam um valor envolvido de R\$ 17.985.291,31, conforme discriminado na tabela abaixo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não era parte em processos ambientais ou em outros processos relevantes.

Montante Envolvido

Natureza	(em R\$)	Número de Processos
Cível	R\$ 12.462.866,68	19
Trabalhista	R\$ 1.852.589,00	8
Tributário	R\$ 3.669.835,63	7
Ambiental	R\$ 0,00	0
Outros	R\$ 0,00	0
Total Geral	R\$ 17.985.291,31	34

(i) Contingências Cíveis

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua única subsidiária figuram como partes em 19 processos cíveis, os quais totalizam o valor envolvido de R\$ 12.462.866,68.

A Companhia destaca abaixo as principais contingências cíveis que a Companhia e sua única subsidiária em conjunto são partes:

Ação Civil Pública nº 0076454-60.2020.8.16.0014	
a. Juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	29/12/2020
d. Partes no processo	Polo ativo: Município de Londrina e Autarquia Municipal de Saúde de Londrina Polo passivo: Althaia S/A Indústria Farmacêutica e Outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00 (valor da causa)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada pelos Autores contra a Companhia e diversas outras indústrias farmacêuticas sob a alegação de que as empresas estariam evitando certames licitatórios, de forma a recusar a venda de medicamentos com a aplicação dos descontos estabelecidos pela CMED. Os Autores pleiteiam a condenação das empresas em obrigações de fazer consistentes em realizar a venda de medicamentos ao Município observando observando-se o Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG, com a incidência do desconto/redutor de preço denominado Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, em todas as hipóteses previstas nos atos normativos e orientativos editados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED. Em 19/02/2021, a Companhia apresentou contestação, destacando sua ilegitimidade passiva, vez que jamais manteve qualquer negociação com os Autores ou causou qualquer prejuízo ao erário que justificasse a imposição das medidas requeridas através da ação. O caso se encontra em fase inicial e aguarda a citação e apresentação de contestação pelos demais réus.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Não há
h. Estágio do processo	Citação
i. Chance de perda	Possível
j. motivo pela qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo impacto reputacional que a perda de uma Ação Civil Pública pode trazer para a Companhia.
k. Impacto em caso de perda do processo	Obrigação de realizar a venda dos medicamentos observando os preços e descontos aplicáveis.

Processo nº 0005718-64.2017.8.16.0194	
a. Juízo	4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça
b. Instância	3ª instância
c. Data de instauração	29/05/2017
d. Partes no processo	Polo ativo: J. F. de O. Polo passivo: Althaia S/A Indústria Farmacêutica
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 98.850,00 R\$ R\$ 499.954,63 (provável atualizado)
f. Principais fatos	Ação ajuizada pela Autora sob a alegação de que houve falha no anticoncepcional produzido pela Companhia, o que ocasionou gravidez indesejada. Diante disso, requer a condenação da Companhia ao pagamento do valor de R\$ 46.850,00 a título de danos morais, bem como ao pagamento de pensão mensal de 2 (dois) salários-mínimos à criança até completar 18 anos de idade; bem como ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 50.000,00. Em 27/11/2019, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Após a interposição de recurso de apelação pela Autora, a 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso para condenar à Companhia ao pagamento de R\$ 45.000,00 de danos morais; 1 salário- mínimo mensal desde o nascimento até os 18 anos de idade; bem como de honorários advocatícios. A Companhia interpôs recurso especial, que foi inadmitido pela Vice-Presidente do TJPR. Diante disso, foi interposto agravo em recurso especial, o qual está pendente de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.
g. Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Setença que julgou totalmente improcedente em primeira instância. Processo em fase recursal, com apelação da autora parcialmente provida, embargos de declaração rejeitados, recurso especial interposto e inadmitido, aguardando julgamento do agravo em Recurso Especial no STJ.
h. Estágio do processo	Recursal, no STJ
i. Chance de perda	Provável
j. motivo pela qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão do montante envolvido.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) a título de danos morais; e 1 salário-mínimo mensal desde o nascimento da criança até completar 18 anos de idade; bem como de honorários advocatícios, devidamente atualizado.

Processo nº 0211648-92.2017.8.19.0001	
a. Juízo	14ª Câmara Cível do TJ/RJ
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	17/08/2017
d. Partes no processo	Polo ativo: Romark Laboratories L.C. e Farmoquímica S.A. Polo passivo: Althaia S/A Indústria Farmacêutica
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00 (valor da causa)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	Ação inibitória com pedido de tutela antecipada que visa que a Companhia cesse a exploração indevida do medicamento genérico ANNITA®. Concedida a tutela para determinar que a Companhia cesse a exploração do medicamento, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00. A Companhia apresentou contestação e reconvenção em 05/09/2017, alegando que a patente seria nula em razão da falta de atividade inventiva. Em 13/06/2018, a Companhia se manifestou para requerer o reconhecimento da perda do objeto do pedido da autora quanto à proibição de comercialização do medicamento em questão, vez que houve a expiração do prazo de proteção da patente em 06/05/2018. Em 27/07/2018, a Autora se manifestou confirmando a perda de objeto quanto ao primeiro pedido, uma vez que houve a expiração da patente, e reafirmando a necessidade de condenação da Companhia em perdas e danos. Em 01/11/2018, foi proferida sentença que reconheceu que houve a expiração da patente em 06/05/2018, de forma que a exploração do insumo farmacêutico ativo Nitazoxanida estaria autorizada por qualquer laboratório farmacêutico a partir desta data e confirmou parcialmente os efeitos da tutela para julgar procedente o pedido indenizatório e condenar a ré ao pagamento de indenização por danos materiais sofridos pelas autoras em razão da infração patentária, a ser apurada em fase de liquidação de sentença, nos termos do artigo 210, da LPI, acrescidos de correção monetária e juros de mora, a contar da data da primeira infração patentária até a data de concessão da tutela. A Companhia interpôs recurso de apelação contra essa decisão, alegando que a nulidade da patente já foi reconhecida pela Justiça Federal, não tendo havido, portanto, a referida infração patentária. Foi determinada a suspensão do processo até que haja trânsito em julgado da ação nº 0011209-06.2014.4.02.5101, em trâmite perante à Justiça Federal que discute a validade da mesma patente PI 9808722-3 e que aguarda julgamento do Agravo em Recurso Especial interposto pela Autora.
g. Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Não houve decisão de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Processo suspenso até o julgamento da ação nº 0011209-06.2014.4.02.5101, em trâmite no TRF-2, que discute a validade da patente.
g. Chance de perda	Possível
j. motivo pela qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão do montante envolvido.
k. Impacto em caso de perda do processo	Considerando que já houve a expiração da patente em 2018 e a exploração do insumo farmacêutico ativo Nitazoxanida passou a ser permitida por qualquer laboratório a partir de então, os impactos em caso de perda serão apenas os eventuais pagamentos de danos materiais sofridos pela Autora em razão da infração patentária à época que a referida patente ainda estava vigente, bem como das multas diárias fixadas na decisão liminar caso não tenha havido a interrupção da exploração do medicamento genérico ANNITA® desde a data da decisão até o vencimento da patente em 06/05/2018.

Ação Civil Pública nº 0848539-49.2021.8.15.0001	
a. Juízo	9ª Vara Cível de João Pessoa – TJPB
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	02/12/2021
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Estado da Paraíba ("MP/PB") Polo passivo: Althaia S/A Indústria Farmacêutica
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000.000,00 (valor da causa)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência ajuizada pelo Autor contra a Companhia sob a alegação de descumprimento de comunicação aos consumidores e aos órgãos de defesa e proteção dos consumidores diante de desvio de qualidade e recolhimento ("recalls") do medicamento Cardesartana + Hidroclorotiazida, conforme estabelecido no artigo 10, §§ 1º e 2º do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Portaria nº 487, de 15 de março de 2012, do Ministério da Justiça (vigente à época), atualmente revogada pela Portaria nº 618, de 1º de julho de 2019 ("Portaria 618/2019"). Em 02 de dezembro de 2021, foi concedida a tutela provisória de urgência formulada pelo MP/PB para obrigar a Companhia a expor publicamente e comunicar aos órgãos públicos de recalls futuros e aqueles que eventualmente tenham sido realizados entre os anos de 2016 e 2021, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia foi citada. Em 27 de janeiro de 2022, foi apresentada contestação. Em 02 de fevereiro de 2022, o MP/PB juntou petição. Em 28 de março de 2022, o MP/PB apresentou impugnação à contestação da Companhia. Em 17 de maio de 2022, foi juntada petição indicando as provas. Em 19 de maio de 2022, foi apresentada manifestação a respeito do ingresso na causa da SINDUSFARMA. Em 30 de maio de 2022, o M/PB se manifestou, entendendo que todas as provas já foram produzidas.
g. Resumo das principais decisões de mérito proferidas	Não há decisão proferida ainda.
h. Estágio do processo	Fase instrutória
i. Chance de perda	Possível
j. motivo pela qual o processo é considerado relevante	A notória confusão entre institutos, diante da diferença entre desvio de qualidade perante ANVISA e a existência de defeito para fins de recall, nos termos do CDC e das Portarias do Ministério da Justiça; incompetência da Justiça Estadual e da própria Promotoria, para tratar de questão que afeta à Justiça Federal na medida em que se insurge contra normas federais; e a inexistência de caráter difuso, mas de eventual direito individual homogêneo o que afasta a competência do Ministério Público.
k. Impacto em caso de perda do processo	Obrigação de realizar comunicação de recalls aos consumidores da Companhia e aos órgãos de defesa e proteção dos consumidores.

(ii) Contingências Trabalhistas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua única subsidiária figuram como partes em 8 processos trabalhistas, os quais totalizam o valor envolvido de R\$ 1.852.589,00.

A Companhia destaca abaixo as principais contingências trabalhistas que a Companhia e sua controlada são partes:

Processo nº 1002211-40.2016.5.02.0037	
a. Juízo	37ª Vara do Trabalho de São Paulo – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho (TST)
c. Data de instauração	28/11/2016
d. Partes no processo	Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Reclamada") N.F.S. ("Reclamante")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 765.000,00 (valor da causa) R\$ 1.106.223,58 (provável atualizado)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

<p>f. Principais fatos</p>	<p>O Reclamante foi empregado da Reclamada de 06/02/2006 até 02/03/2016, prestando serviços como operador multiplicador. Alega ter sofrido acidente de trabalho, resultando no comprometimento da sua capacidade laborativa. O Reclamante requer, em resumo, o pagamento de:</p> <p>(i) diferenças de verbas rescisórias; (ii) adicional por acúmulo de função;</p> <p>(iii) horas extras; (iv) adicional noturno; (v) adicional de insalubridade; (vi) adicional de periculosidade; (vii) reembolso de valores indevidamente descontados; (viii) indenização decorrente do acidente de trabalho e consequente incapacidade laboral; (ix) pensão mensal vitalícia; (x) reintegração ao trabalho e estabilidade; e (xi) indenização prevista na Convenção Coletiva de Trabalho.</p> <p>A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira e segunda instâncias, sendo a Reclamada condenada ao pagamento de (i) indenização prevista na Convenção Coletiva de Trabalho; (ii) horas extras;</p> <p>(iii) adicional de periculosidade; (iv) indenização por danos materiais e estéticos.</p> <p>A Reclamada apresentou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), pendente de julgamento.</p>
<p>g. Resumo das principais decisões de mérito proferidas</p>	<p>Proferida em 21.06.2017 sentença julgando parcialmente procedente a ação para condenar a reclamada ao pagamento de indenização prevista na cláusula 38 da CCT; uma hora extra por dia e reflexo;</p> <p>adicional de periculosidade e reflexos; indenizações por danos materiais, danos morais e estético. Protocolado em 03.07.17 recurso ordinário pela reclamada. Publicado acórdão negando provimento ao recurso. EM 01.12.2017, PNA protocolou substabelecimento sem reservas de poderes e passou a atuar no caso. Protocolamos em 04.12.2017 embargos de declaração. Publicado em 13.04.2018 acórdã o rejeitando os embargos de declaração. Protocolamos em 24.04.2018, recurso de revista, o qual foi denegado seguimento. Protocolamos em 23.07.2018 agravo de instrumento. Publicado despacho processando o agravo de instrumento e dando vista à parte contrária para apresentação de contraminuta e contrarrazões.O prazo transcorreu sem que houvesse reposta do Reclamante. Publicada distribuição dos autos à Ministra Delaíde Miranda Arantes da 2ª Turma do TST. Protocolamos em 22.10.2020, petição requerendo a audiência de conciliação TST. Em 16.11.2020, o reclamante apresentou petição informando que não possui interesse em audiência Telepresencial de Conciliação. Em 18.11.2020, os autos foram a conclusão com a Ministra Delaíde Miranda Arantes para voto/decisão. Em 23.04.2021, os autos foram redistribuídos ao Desembargador Convocado Sergio Torres Teixeira. Em 28.07.2021, os autos foram redistribuídos ao Desembargador Convocado Marcelo Lamego Pertence. Em 07.01.2022, autos redistribuídos à Ministra Morgana Almeida Richa. Publicada redistribuição ao Relator MIN. SÉRGIO PINTO MARTINS. Em 18.12.2022, autos redistribuídos, por sucessão, à Ministra Liana Chaib. Publicada em 10.08.2023, decisão negando provimento ao Agravo de Instrumento. Protocolamos em 22.08.2023, agravo interno. Publicada em 31.08.2023, intimação do Agravado para manifestar sobre o recurso. Em 11.09.2023, o reclamante apresentou contrarrazões de agravo regimental. Autos com a Ministra Liana Chaib para decisão.</p>
<p>h. Estágio do processo</p>	<p>Recursal, no TST</p>
<p>i. Chance de perda</p>	<p>Provável</p>
<p>j. motivo pela qual o processo é considerado relevante</p>	<p>O processo é considerado relevante em razão do montante envolvido.</p>
<p>h. Impacto em caso de perda do processo</p>	<p>Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento solicitado pela Reclamante (impacto financeiro).</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(iii) Contingências Tributárias

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua única subsidiária figuram como partes em 7 processos tributários, os quais totalizam o valor envolvido de R\$ 3.669.835,63.

A Companhia entende que não há contingências tributárias individualmente relevantes, seja em razão de valor financeiro, risco reputacional ou matéria envolvida.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$ 3.413.304,77 para contingências cuja chance de perda é classificada pela Companhia, com o suporte de assessores legais, como "provável", conforme discriminado abaixo. O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais, apurada pela Companhia com o suporte dos advogados responsáveis pela condução/gerenciamento dos processos.

Montante Provisionado

Natureza	(em R\$)	Número de Processos
Cível	501.511,59	1
Trabalhista	1.475.233,71	2
Tributário	1.436.559,47	1
Ambiental	0,00	0
Outros	0,00	0
Total Geral	3.413.304,77	4

4.6 Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou sua controlada figuram como parte.

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

5.2 Descrição dos controles internos

- (a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**
- (b) as estruturas organizacionais envolvidas**
- (c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

- (d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

O relatório circunstanciado, elaborado pelo auditor independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não apontou deficiência significativa ou material nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia realiza sistemicamente autoavaliações para aferir a adoção de procedimentos adicionais de controles, com o objetivo de aprimorar seus processos internos e incorporar oportunidades de melhorias recomendadas pelo auditor independente.

- (e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que não foram apontadas deficiências significativas ou materiais nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

5.3 Programa de integridade

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entende adequado ao seu porte e riscos correspondentes.

A Companhia tem como principais compromissos a atuação de forma ética, transparente e o respeito à legalidade na condução de suas atividades, protegendo seu patrimônio, mantendo boas práticas de governança corporativa e atuando, sempre, em estreita conformidade com a legislação aplicável. Para tanto, a Companhia possui regras e procedimentos bem claros, em especial no tocante às interações com a Administração Pública.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 20 de julho de 2021 o Conselho de Administração aprovou o atual código de ética e conduta da Companhia ("Código de Ética e Conduta"), o qual foi alterado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2021, que estabelece como condutas inaceitáveis aquelas consideradas fraudulentas, o privilégio ou favorecimento de representantes públicos, fornecedores ou prestadores de serviços e o aproveitamento de falhas sistêmicas para benefício próprio. Adicionalmente, o Código de Ética e Conduta proíbe qualquer prática de fraude, corrupção ou suborno.

Dentre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Ética e Conduta, a Companhia realizou a apresentação e entrega do Código de Ética e Conduta a todos seus administradores, colaboradores e terceiros envolvidos, além de, a fim de realizar a fixação do conteúdo, oferecemos treinamentos periódicos sobre as orientações do Código de Conduta, presenciais ou por meio online a todos os administradores, colaboradores e terceiros.

Adicionalmente, de acordo com nosso Código de Ética e Conduta, todos os colaboradores da Companhia deverão firmar um Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão, declarando que receberam uma cópia do documento e comprometendo-se a cumprir integralmente seus dispositivos em todas as suas atividades.

Nossos riscos são reavaliados e nossas políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente, sem uma periodicidade formal previamente estabelecida, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Auditoria Interna é um órgão autônomo e é responsável por (i) receber, avaliar e dar encaminhamento a todas as dúvidas e denúncias de descumprimento do Código de Conduta recebidas através do canal de denúncias; (ii) promover a legitimação, o respeito e o aperfeiçoamento permanente do Código de Ética e Conduta; (iii) zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e sua adequação à realidade do nosso ambiente de negócios; (iv) manter a cultura ética e decidir sobre a aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento do Código de Ética e Conduta; e (v) assegurar que o tratamento das consultas e denúncias ocorra sempre de forma sigilosa e somente em fórum adequado.

Por fim, a área de controles internos e riscos corporativos possui a atribuição de definir os procedimentos para o monitoramento de terceiros, acompanhando, portanto, o relacionamento com terceiros e fornecedores que mantêm

5.3 Programa de integridade

relações comerciais com a Companhia. Nesse sentido, está envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

Dessa forma, a Companhia entende que seus mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao seu porte, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes de governo.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta, formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de julho de 2021, e alterado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2021.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Os princípios e diretrizes do Código de Ética e Conduta devem ser difundidos e são aplicáveis a todos os administradores, colaboradores da Companhia e quaisquer outros terceiros e prestadores de serviços que atuem em benefício da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Quaisquer violações ao Código de Ética e Conduta, às nossas regras internas e/ou à legislação e regulamentação aplicáveis, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ensejar ações disciplinares e penalidades.

A análise a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Ética e Conduta serão realizadas pelo Departamento Jurídico, que deverá proceder na verificação da procedência e implicações da denúncia e deliberará pela determinação das sanções cabíveis, exceto no caso de denúncia envolvendo Diretores ou membros do Conselho de Administração ou do próprio departamento de Auditoria Interna, em que a denúncia, acompanhada da análise do Departamento Jurídico deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que deliberará pela determinação das sanções cabíveis.

As ações disciplinares para as situações incompatíveis com o Código de Ética e Conduta são classificadas de acordo com seu grau de gravidade, podendo acarretar advertência verbal, advertência escrita e demissão (sem e com justa causa), conforme previsto em nosso Código de Ética e Conduta.

O departamento de Auditoria Interna deliberará, individualmente de acordo com as denúncias recebidas, sobre a aplicação das sanções.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de julho de 2021, e alterado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2021, e pode ser consultado no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.althaia.com.br/ri>).

(b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui canal para acolher denúncias de relatos sobre o descumprimento dos deveres previstos no Código de Conduta, qualquer situação e negócios suspeitos de fraude, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é de responsabilidade de empresa externa, sendo endereçadas as denúncias em caráter confidencial, imparcial e isento e de forma anônima.

5.3 Programa de integridade

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O acesso ao canal de denúncias pode ser utilizado tanto por nosso público interno quanto externo, através do e-mail: etica@althaia.com.br.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Código de Ética e Conduta estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato na extensão do permitido pela legislação aplicável, buscando garantir que não haverá retaliação ao colaborador que realizar a denúncia.

(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Ética e Conduta deverão ser realizadas pelo Departamento Jurídico, que deverá proceder na verificação da procedência e implicações da denúncia e deliberará pela determinação das sanções cabíveis, exceto no caso de denúncia envolvendo Diretores ou membros do Conselho de Administração ou do próprio Departamento Jurídico deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que deliberará pela determinação das sanções cabíveis.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que entende adequadas ao seu porte, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.4 Alterações significativas

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CAROLINA SOMMER MAZON						
225.144.538-28	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
11.609.745	5,473	0	0,000	11.609.745	5,473	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FIRSTBRAND ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MARKETING LTDA.						
05.543.810/0001-08	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
154.826.966	72,985	0	0,000	154.826.966	72,985	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JAIRO APARECIDO YAMAMOTO						
029.240.918-45	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
14.992.016	7,067	0	0,000	14.992.016	7,067	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MAIRA MEDEIROS VENDRAMINI CARRARA						
269.675.208-73	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
3.860.017	1,820	0	0,000	3.860.017	1,820	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MÁRCIA REGINA HIROTA YAMAMOTO						
144.548.298-37	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
14.991.070	7,067	0	0,000	14.991.070	7,067	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCOS HENRIQUE CHEPUCK MIAZZO						
220.927.678-01	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
3.088.015	1,456	0	0,000	3.088.015	1,456	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RACHEL GIACHINI SAMPAIO FERREIRA						
275.716.068-02	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
1.161.076	0,547	0	0,000	1.161.076	0,547	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO VINÍCIUS FERRARI						
227.254.998-52	Brasil	Sim	Sim	27/08/2021		
Não						
3.860.017	1,820	0	0,000	3.860.017	1,820	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
3.745.021	1,765	0	0,000	3.745.021	1,765	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
212.133.943	100,000	0	0,000	212.133.943	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FIRSTBRAND ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MARKETING LTDA.				05.543.810/0001-08		
JAIRO APARECIDO YAMAMOTO						
029.240.918-45	Brasil	Não	Sim	13/04/2021		
Não						
6.719.901	50,000	0	0,000	6.719.901	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MÁRCIA REGINA HIROTA YAMAMOTO						
144.548.298-37	Brasil	Não	Sim	13/04/2021		
Não						
6.719.901	50,000	0	0,000	6.719.901	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FIRSTBRAND ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MARKETING LTDA.				05.543.810/0001-08		
13.439.802	100,000	0	0,000	13.439.802	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	22/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	26
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

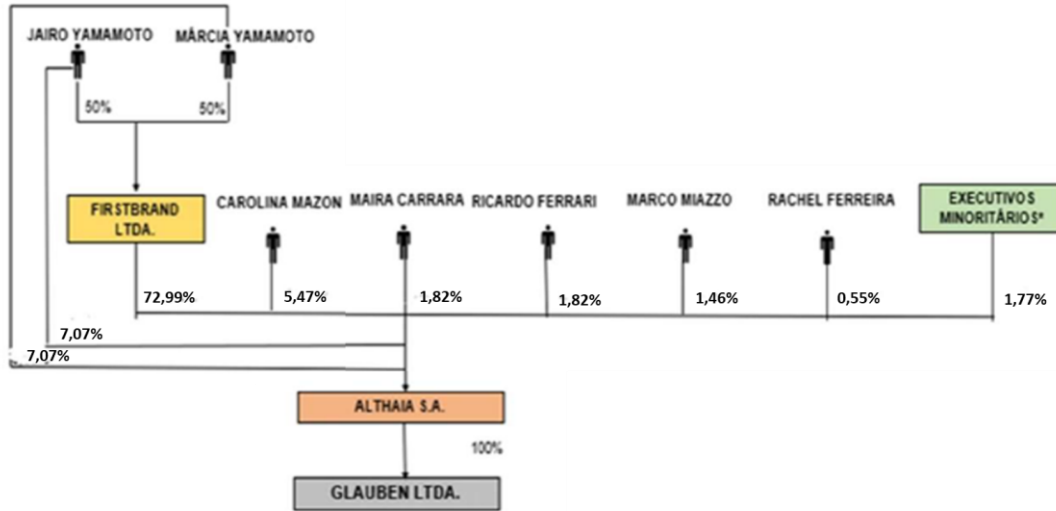
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, o Conselho de Administração, quando necessário, poderá instituir comitês de assessoramento, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

- (a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado
- (b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:
- (i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência
 - (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
 - (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos
- (c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, os itens acima são de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

- (d) por órgão de administração da Companhia

- (i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da Administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere Não Responder	Não se Aplica
Diretoria	1	2	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0
Total de Membros	2	6	0	0	0	0

- (ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão da Administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígenas	Prefere Não Responder	Não se Aplica
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Total de Membros	0	8	0	0	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

A Companhia entende que todos os atributos de diversidade relevantes foram agrupados nos itens acima.

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia acredita nos valores da diversidade, inclusão, igualdade e na equidade de gênero e defende a não discriminação, valorizando assim uma força de trabalho diversificada (isto é, composta por membros da equipe com várias habilidades, experiências e perspectivas) e inclusiva. Contudo, não há objetivos específicos com relação à diversidade entre os membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia ainda não definiu o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. A Companhia não está sujeita a regulamentação ambiental na condução de suas operações, motivo pelo qual entende ser desnecessário definir o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	2	6	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	0	8	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 – Conselho de Administração

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ALINE APARECIDA YAMAMOTO ZAMPIERI **CPF:** 337.956.018-94 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 19/01/1985

Experiência Profissional: Formada em Administração de Empresas pela FACAMP e Ciências Contábeis pela UNIP. É Diretora Financeira e de TI na L'Occitane Australia Pty Ltd, desde janeiro/2020. Trabalhou na Groupon Australia por 4 anos, de 2015 a 2019, na área Financeira. Conta, ainda, com vasta experiência na área de auditoria, tendo trabalhado na ERNST & YOUNG Auditores Independentes por cerca de 9 anos, entre 2006 e 2015. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos - até a AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	20/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ALLYSSON FERNANDO YAMAMOTO **CPF:** 295.725.558-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharel em Marketing **Data de Nascimento:** 05/01/1982

Experiência Profissional: Trabalha na Companhia desde janeiro/2019, atuou como Gerente Divisional Sul na área comercial até janeiro/2021 e como CFO responsável áreas Financeira, Controladoria (Contabilidade, Fiscal, Custos e Orçamento) e Relações com Investidores de janeiro/2021 a janeiro/2022. Atualmente é Diretor Comercial. Antes de ingressar na Companhia, foi Diretor de Marketing de 2007 a 2018 na Intermarine Yachts, além de ter trabalhado em indústria multinacional agroquímica e agências de comunicação. Formou-se em Marketing pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Campinas-SP, além de contar com MBA Executivo pelo Insper-SP. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/06/2023	21/07/2025	Outros Diretores	Diretor Comercial	15/06/2023	Sim	20/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CAROLINA SOMMER MAZON **CPF:** 225.144.538-28 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Farmacêutica **Data de Nascimento:** 20/12/1979

Experiência Profissional: Farmacêutica pela Universidade São Francisco, mestre em Farmacologia Clínica pela UNICAMP e com MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral, trabalhou na Medley S.A. Indústria Farmacêutica por 13 anos (sendo 8 anos na posição de Gerência), passando pelas áreas de Qualidade e P&D. Atua há 11 anos na Companhia, na Diretoria de P&D, Qualidade e Operações. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/06/2023	21/07/2025	Outros Diretores	Diretor	15/06/2023	Sim	22/12/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CLÁUDIO ROBERTO ELY **CPF:** 137.688.320-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 04/01/1949

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi Diretor de Operações e CEO do Banco Geral do Comércio de 1988 a 1997, e, durante o período de 1986 a 1988, foi CEO da Camargo Correa Metais S.A. Durante 13 anos, atuou como CEO da Drogasil, liderando o IPO desta empresa em 2007. Teve participação importante no processo de fusão das empresas Drogasil e Raia em 2011, permanecendo como CEO da nova empresa Raia Drogasil por mais 2 anos. É conselheiro da Warburg Pincus do Brasil desde 2013. Atualmente, também faz parte dos seguintes Conselhos de Administração: Petrobrás Distribuidora S.A., Dimed Distribuidora de Medicamentos S.A., Allied Tecnologia S.A. Além disso, também é Presidente do Conselho de Administração da Pet Center Comércio e Participação S.A. e membro do Conselho Consultivo do Laboratório Eurofarma S.A. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos - até a AGO 2025	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Sim	20/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GREGOR RODRIGUES MARTINS EINSIEDLER **CPF:** 093.166.767-46 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 12/01/1983

Experiência Profissional: Sócio da Singular Assessoria Financeira Ltda. onde atua desde 2005, é o responsável por originar e executar transações de fusões e aquisições e mercado de capitais. Possui 20 anos de experiência em investment banking, tendo concluído mais de 50 transações de M&A e mercado de capitais e atuado em diversos segmentos do setor de saúde, incluindo laboratórios de produtos farmacêuticos, distribuição de medicamentos e especialidades, varejo farmacêutico, hospitais, planos de saúde, serviços de suporte ao paciente, entre outros. Antes de juntar-se à Singular, atuou de 2001 a 2004 no Banco Modal S.A. como analista nas áreas de investment banking e análise de crédito e no departamento de economia da MCM Consultores Associados. Graduiu-se em Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21. Adicionalmente, o Sr. Gregor Rodrigues Martins Einsiedler é considerado conselheiro independente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos - até a AGO 2025	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Sim	20/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HERBERT CESAR GONÇALVES **CPF:** 072.442.618-37 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 27/02/1971

Experiência Profissional: Sócio-diretor da Primeira Consulta, tem mais de 25 anos de experiência em consultoria para o segmento de saúde, onde atuou nas áreas de estratégia, comercial, marketing, R&D e manufatura. Antes de ingressar na Primeira Consulta, foi diretor da prática de saúde da Booz Allen Hamilton no escritório de São Paulo. É formado em Engenharia pelo ITA e tem MBA pela Universidade de Columbia em Nova York, tendo concluído ambos os cursos com distinção. Adicionalmente, o Sr. Herbert Cesar Gonçalves é considerado conselheiro independente. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos - até a AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	20/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JAIRO APARECIDO YAMAMOTO **CPF:** 029.240.918-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 07/11/1960

Experiência Profissional: Economista com MBA em Finanças pelo IBMEC e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral. CEO e Fundador da Companhia, uma das empresas que mais cresceu no ranking de farmacêuticas nos últimos 2 anos. Conta com mais 30 anos de experiência no mercado farmacêutico. Foi executivo da Medley S.A. por 19 anos, sendo os últimos 10 anos deste período como Presidente da empresa. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	15/06/2023	2 anos - até a AGO 2025	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores	15/06/2023	Sim	22/12/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

7.8 Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas no último exercício social, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	21/12/2023	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	14/12/2023	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	26/09/2023	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2023	100%	NÃO

8.1 Política ou prática de remuneração

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	0,00	8,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não permanente e não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.772.902,43	0,00	2.772.902,43
Benefícios direto e indireto	0,00	184.623,26	0,00	184.623,26
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	130.000,00	2.957.525,69	0,00	3.087.525,69

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	0	8,00
Nº de membros remunerados	5	3	0	8,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não permanente e não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.945.498,60	0,00	2.945.498,60
Benefícios direto e indireto	0,00	180.097,27	0,00	180.097,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	90.000,00	3.125.595,87	0,00	3.215.595,87

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3,25	0	8,25
Nº de membros remunerados	5	3,25	0	8,25
Esclarecimento			Conselho Fiscal não permanente e não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.945.498,60	0,00	2.945.498,60
Benefícios direto e indireto	0,00	180.097,27	0,00	180.097,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	90.000,00	3.125.595,87	0,00	3.215.595,87

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2	4	0	6,00
Nº de membros remunerados	2	4	0	6,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não permanente e não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.758.309,76	0,00	3.758.309,76
Benefícios direto e indireto	0,00	190.479,56	0,00	190.479,56
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.975,50	0,00	6.975,50
Participação em reuniões	115.000,00	0,00	0,00	115.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	115.000,00	3.955.764,82	0,00	4.070.764,82

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.7 Opções em aberto

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.10 Outorga de ações

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.12 Precificação das ações/opções

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.13 Participações detidas por órgão

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.14 Planos de previdência

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2024	4,21%	95,79%	N/A
2023	2,80%	97,20%	N/A
2022	2,80%	97,20%	N/A
2021	2,83%	97,17%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia – Exercício social a se encerrar em 31/12/2024**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	130.000,00	2.957.525,69	0,00	3.087.525,69
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia – Exercício social encerrado em 31/12/2023

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	90.000,00	3.125.595,87	0,00	3.215.595,87
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia – Exercício social encerrado em 31/12/2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	90.000,00	3.125.595,87	0,00	3.215.595,87
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia – Exercício social encerrado em 31/12/2021

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	115.000,00	3.955.764,82	0,00	4.070.764,82
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 Outras informações relevantes

Além das informações prestadas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
11/04/2022	18/07/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a KPMG Auditores Independentes foi contratada para prestar serviços de auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços descritos acima prestados foi de R\$ 618.841,00			
Justificativa da substituição			
Não aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia esclarece que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia ou pessoas a eles ligadas não foram contratados pela Companhia ou por pessoas de seu grupo econômico para prestar serviços adicionais aos constantes no item 9.1/9.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 290 - Independência, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.311/2010.

A Companhia não possui políticas ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou a objetividade de seus auditores independentes, nos termos do artigo 17 da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022. Adicionalmente, não houve a transferência relevante de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 94, de 20 de maio de 2022, e o CPC 05(R1).

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 9 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1 Descrição dos recursos humanos

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

10.2 Alterações relevantes

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía operações realizadas com partes relacionadas.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía operações realizadas com partes relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
21/12/2023		36.714.082,72	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
212.133.943	0	212.133.943	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
21/12/2023		36.714.082,72	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
212.133.943	0	212.133.943	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
21/12/2023		36.714.082,72	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
212.133.943	0	212.133.943	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
20/07/2021		1.000.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1º Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/12/2021
Data de vencimento	15/01/2027
Quantidade	150.000
Valor nominal global R\$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	153.246.992,50
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	<p>Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, em até 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures. A Emissão foi realizada em série única.</p> <p>As debêntures serão ofertadas apenas a investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM 476, podendo ser (i) acessadas apenas por 75 investidores profissionais, e (ii) subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 investidores profissionais. As debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos respectivos investidores profissionais.</p>
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir do 18º (décimo oitavo) mês (inclusive) contado da data de emissão, ou seja, a partir de 15 de junho de 2023 (inclusive), (i) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, e (ii) a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, limitadas a 98% (noventa e oito) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. Nas hipóteses previstas acima, as Debêntures serão resgatadas ou amortizadas, conforme o caso, pelo Valor Nominal Unitário, parcela do Valor Nominal Unitário, saldo do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido (I) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa; e (II) de prêmio de 0,50% ao ano, pro rata temporis, base 252 Dias Úteis multiplicados pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, parcela do Valor Nominal Unitário, saldo do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido da Remuneração.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, em até 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures. A Emissão foi realizada em série única.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As seguintes alterações da Emissão deverão ser aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (a) da Remuneração das Debêntures, (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures, de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, (c) da alteração de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático ou Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, e/ou (d) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa.

Outras características relevantes

O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas, nas datas e percentuais indicados na tabela abaixo, observado que a segunda parcela será necessariamente paga na Data de Vencimento das Debêntures:

Nº da parcela /Data de Amortização das Debêntures / Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado

1ª 15 de janeiro de 2026 50,0000%

2ª Data de Vencimento 100,0000%

Nº da parcela Data de Amortização das Debêntures Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado

1ª 15 de janeiro de 2026 50,0000%

2ª Data de Vencimento 100,0000%

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	124	16	30

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Na data deste Formulário de Referência, as debêntures da 1ª emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP21.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Conforme artigo 25 da Resolução CVM nº 80/22, cujo conteúdo reflete o Anexo C da citada Resolução, esse item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. Sendo assim, a Companhia optou por sua não apresentação.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 12 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Jairo Aparecido Yamamoto	Diretor Presidente
Jairo Aparecido Yamamoto	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

JAIRO APARECIDO YAMAMOTO, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 10.600.409, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.240.918-45, residente e domiciliado na cidade de Campinas, estado de São Paulo, com escritório na cidade de Atibaia, estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, na qualidade de Diretor Presidente da **ALTHAIA S.A. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA**, sociedade anônima com sede na cidade de Atibaia, estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.344.725/0007-19 (“Companhia”), declaro, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

- (i) revi o Formulário de Referência da Companhia;
- (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

JAIRO APARECIDO

YAMAMOTO:02924091845

Assinado de forma digital por JAIRO
APARECIDO YAMAMOTO:02924091845
Dados: 2024.05.27 10:24:30 -03'00'

JAIRO APARECIDO YAMAMOTO

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

JAIRO APARECIDO YAMAMOTO, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 10.600.409, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.240.918-45, residente e domiciliado na cidade de Campinas, estado de São Paulo, com escritório na cidade de Atibaia, estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **ALTHAIA S.A. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA**, sociedade anônima com sede na cidade de Atibaia, estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.344.725/0007-19 (“Companhia”), declaro, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

- (i) revi o Formulário de Referência da Companhia;
- (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

**JAIRO APARECIDO
YAMAMOTO:02924091
845**

Assinado de forma digital por
JAIRO APARECIDO
YAMAMOTO:02924091845
Dados: 2024.05.27 10:51:35 -03'00'

JAIRO APARECIDO YAMAMOTO
Diretor de Relações com Investidores